

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO SESSENTA E SEIS** -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e quinze, e em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles,

Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Luís Graça Gonçalves, António José Amaral Ferreira de Lemos, Inês Alves Guerra Moniz de Bettencourt, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Miguel Martins Agrochão, Isabel Cristina Rua Pires, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Patrício e Artur David Cunha Reis. -----
----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----
----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista. -----
----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----
----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----
----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrochão.-----
----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----
----- Fernando José da Silva e Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. ----
----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Patrício.-----
----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos.-----
----- Margarida Maria da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----
----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----
----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Inês Alves Guerra Moniz de Bettencourt. -----
----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----
----- Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Artur David Cunha Reis.-----
----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período de 22 de Abril a 29 de Maio de 2015, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, Graça Fonseca, Paula Marques e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, ilustre público. -----

----- Hoje temos uma sessão muito concorrida de público e eu sei a razão porquê, e até conheço alguns dos que aí estão, e é mesmo logo no princípio da reunião por onde vamos começar. Mas antes de dar a palavra ao público, dar aqui umas explicações aos Senhores Deputados Municipais, sobre a nossa sessão de hoje. -----

----- Nós hoje temos uma sessão dedicada a declarações políticas, antes das declarações temos um pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado Municipal Telmo Correia, de que já vamos ter a devida nota. -----

----- E quanto à intervenção do público, quero dar conhecimento que temos dez pessoas inscritas que é o nosso limite, creio eu, o nosso limite são quinze, portanto, são dez pessoas inscritas vamos ter apenas três minutos para cada uma. -----

----- Muitas das pessoas são questões relacionadas com habitação, eu pedi apoio ao gabinete da Senhora Vereadora Paula Marques, tenho aqui o Vereador substituo Rui Franco...ah, mas ele não está a substituir a Paula Marques, tenho aqui de qualquer maneira o assessor da Senhora Vereadora Paula Marques, para depois falar com cada uma das pessoas e ficar com os dados todos para se verificarem os processos. -----

----- De qualquer modo eu queria lembrar, quer aos Senhores Deputados Municipais, quer ao público, que a Assembleia Municipal naturalmente é um órgão público, todos podem vir aqui apresentar os seus problemas, mas depois não é a Assembleia Municipal que toma decisões, a Assembleia Municipal encaminha para a Câmara e a Câmara é que toma decisões. Portanto, estamos aqui para vos ouvir, mas, não me compete a mim, já fui Vereadora agora não sou, portanto, não me compete a mim tomar a decisão a decisão terá de ser da Câmara, mas fica aqui de qualquer maneira expostas as situações que queiram apresentar. Isto dirige-se a todas as pessoas do público inscrito e é por aí que vamos começar. -----

----- Tenho o Senhor Arquiteto Pedro Santos Costa que eu cumprimento, meu colega, e vai falar não de um pedido de habitação, mas de questões de reabilitação urbana. -----

----- Eu só pedia ao Arquiteto para ser sucinto, uma vez que temos muito público inscrito, são os três minutos e se quiser deixar algum documento na Mesa, depois ficará na Ata.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Pedro Santos Costa**, residente na Travessa do Moinho Velho, nº 10, 1º, 1300-421 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Permitam-me, antes de mais, que saúde esta Assembleia, esta casa e os seus funcionários.-----

----- O problema que me trás aqui, hoje, refere-se à ocupação de via pública, ou melhor, a dois procedimentos de licença de ocupação de via pública para obra de conservação e aos seus tempos de tramitação processual. A saber, os processos 1964/OTR/2015 e 1969/OTR/2015, dois prédios distintos e com proprietárias distintas, obrigadas devido à configuração como único edifício a entenderem-se num processo de reabilitação. -----

----- Os pedidos deram entrada em vinte e sete de fevereiro do corrente ano. -----

----- No comprovativo de receção dos pedidos pode ler-se que o prazo previsível para a decisão era de dez dias úteis. -----

----- Por precaução, não foi previsto o início da obra logo para o dia dezasseis, mas sim, para o dia vinte e três de março. Como no fim do mês não havia licença, relemos o guia de apoio técnico do Regulamento da OVP, que no seu número três confirmamos que o regulamento estabelece um prazo de vinte dias úteis, então já passados, para apreciação do pedido, e ficámos inteirados do que acontece se esse prazo não for cumprido, nada. A única consequência é mesmo não haver obra, neste caso, de reabilitação.-----

----- Passaram já mais vinte dias úteis. Estes tempos para os proprietários significam dois meses, dois meses em que têm de satisfazer os eventuais encargos relativos a empréstimos de que necessitaram para levar a cabo as obras de reabilitação. Aqui caberia um parêntesis sobre o RE_NOVE (RE 9), mas a escassez do tempo não o permite.-----

----- Com rendas, quando são pagas, de dezassete, setenta e três, noventa e cinco ou duzentos e cinquenta euros, esta última uma boa renda, superior ao que pagam de IMI, a senhoria, essa figura ainda mal vista na sociedade, que decide investir na reabilitação ao invés de ficar sem nada para fazer, à espera para vender da valorização que a dinâmica do mercado, potenciada pelos investimentos camarários, e uma operação imobiliária de larga escala que, no dizer dos seus promotores, vai transformar o bairro numa nova zona de referência da cidade, este tipo de proprietários dizia que investem em reabilitação seja para dar casa aos filhos, ou para colocar fogos no mercado de arrendamento, merece ser acarinhado pela autarquia. -----

----- Sem grande influência no processo mas como experiência, nada tranquilizadora para as proprietárias, dos prazos da Câmara, é o pedido de certidão do estado de conservação feito a dois de julho de 2014, que só recebeu a requerente na segunda quinzena deste ano. A vistoria foi realizada em finais de julho do ano anterior, demorou seis meses, o que contrasta com o tempo corrido entre o pedido e a realização da vistoria que até era auspicioso. -----

----- Note-se que nada há a dizer do atendimento dos serviços. Nos contatos havidos sempre houve disponibilidade e as informações prestadas de grande utilidade. -----

----- Vou concluir.-----

----- Não se pede nenhum tratamento especial. -----

----- *Os prazos burocráticos afetam negativamente, tanto o empreendedor imobiliário, como o pequeno proprietário.* -----

----- *Pedimos apenas, um pouco de carinho de que falava anteriormente.* -----

----- *Se não for possível diminuir a burocracia e encurtar os prazos, pelo menos que se cumpra os que estão estipulados.* -----

----- *Agradecemos o tempo tomado a esta Assembleia e a atenção que, estamos certos, será dada.* -----

----- *Mais do que casos particulares o que se levanta é a problemática da reabilitação urbana.* -----

----- *Muito obrigado.*” -----

----- **A Senhora Ana Rita Santos Cascais** residente na Avenida Almirante Reis, nº 168, R/C Esquerdo, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde a todos.* -----

----- *O que me trás cá é um assunto que remonta a 2013. Portanto, desde agosto que estamos a fazer reclamações, e digo que estamos porque sou eu e mais vizinhos, estamos a fazer reclamações via papel, via polícia, via Junta de Freguesia, via Câmara, portanto, já são muitas reclamações e até agora, nada feito.* -----

----- *Eu sou moradora na Avenida Almirante Reis, no nº 168, r/chão, tenho como vizinho o Ginásio Time to Work 24, é um ginásio aberto vinte e quatro horas sem qualquer pessoa no seu interior a fiscalizar, são, portanto, através de câmaras que nem sequer estão ligadas.* -----

----- *Eu tenho a minha casa contígua ao ginásio e tenho constantemente, passadeiras e tenho máquinas a bater durante vinte e quatro horas.* -----

----- *Eu neste momento encontro-me numa situação de gravidez inicial, e estou à espera que alguém faça alguma coisa.* -----

----- *Ontem liguei para um senhor de um departamento que está a tratar do assunto, e o senhor diz-me que não estão a tratar porque é preciso alguém superior que dê ordens, que alguém faça uma vistoria ao ginásio. São precisas ordens superiores e eu estou à espera disto. Eu não sei o que se passa mas é difícil reclamar neste país. Não percebo o que é preciso mais, quantos anos é que vão ser precisos para que haja algum acontecimento.* -----

----- *O ginásio não tem isolamento sonoro. Nenhum. Porque senão nós não ouviríamos nada. Não está devidamente, internamente, aquilo não funciona porque as passadeiras estão assentes numa plataforma, e a minha casa tem rachas de uma ponta à outra por causa desse mesmo problema e ninguém resolve nada.* -----

----- *Eu não posso andar atrás deste assunto, como devem calcular, tenho uma gravidez, e é impossível conviver com um vizinho destes.”* -----

----- **O Senhor José Vítor Reis** residente na Rua de São Lázaro, nº 66, 1º Direito, 1150-333 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Depois da reestruturação dos serviços municipais de 2011, que causou graves prejuízos ao funcionamento da CML e da transferência de competências para as JF na sequência da Reorganização Administrativa de 2014, que provocou o caos na*

prestação do serviço público à população, outra reorganização de serviços municipais está em curso. -----

----- O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa considera inaceitável que, esta nova Proposta de Reorganização dos Serviços não tenha sido objeto da participação efetiva e objetiva dos representantes dos trabalhadores, tanto mais que irá, necessariamente, operar mudanças funcionais e de trabalhadores entre unidades orgânicas, com as previsíveis perturbações nas relações de trabalho. -----

----- O STML pautando-se como sempre, por uma postura positiva e construtiva, na defesa dos trabalhadores e do serviço público, não deixou de apresentar o seu contributo, nomeadamente sobre a criação da Direção Municipal Gestão Património que, entendemos, deveria ser numa perspetiva de valoração qualitativa e quantitativa do património imobiliário municipal enquanto bem de significativo interesse para a autarquia, para a cidade e os munícipes e, devera ser um claro contributo para incentivar a requalificação do imobiliário privado. -----

----- A “revalorização” de atribuições na Unidade de Coordenação Territorial e das Unidades de Intervenção Territoriais, não deverá traduzir uma desvalorização de outras unidades ou serviços já estruturados. -----

----- Neste sentido, o STML propôs que o DIEM se mantivesse como atualmente, integrado na DMPO com as atuais atribuições e, sendo criada nele mais uma unidade flexível que assegure a gestão, manutenção e inspeção de ascensores, também como atribuição e competência municipal de primordial importância para a segurança dos edifícios. -----

----- Quanto à DIP, o STML propôs que se mantivesse integrada na DM Espaços Verdes Ambiente e Energia, tendo em conta que, também esta unidade flexível assegura clara transversalidade na dimensão ambiental e da eficiência energética. ---

----- A matéria de fiscalização contida na unidade flexível do Departamento Operacional suscita dúvidas na intervenção concreta, em função das outras unidades também com atribuições de fiscalização, como a Polícia Municipal, o que mereceria melhor clarificação entre domínios de intervenção. -----

----- O STML propôs ainda a criação de subunidades orgânicas e a criação de cargos dirigentes intermédios de 3º grau. -----

----- No que respeita ao apoio social aos trabalhadores, não podemos deixar de constatar uma vez mais, a intenção manifestada na proposta de desresponsabilização por parte do município, ao passar para os Serviços Sociais da CML, a gestão das creches e refeitórios, onde o desinvestimento é notório, principalmente em meios humanos. -----

----- Não é ainda do conhecimento do STML o mapa contendo a dotação global dos recursos humanos que a Proposta comportará.-----

----- O STML não pode deixar de constatar que a Proposta, mais uma vez, centra-se na mesma linha de externalização de serviços e conseqüentemente na redução de postos de trabalho. -----

----- Agora, são os serviços de toda a atividade de recolha e remoção de resíduos sólidos urbanos e todos os serviços transversais a eles associados, que estão na linha

de mira de saída, mesmo afirmando que não é uma externalização porque os Serviços Municipalizados são, embora de organização autónoma, integrantes do Município. ---
----- Novamente nesta Proposta, se retoma a externalização dos museus e todos os outros equipamentos culturais. -----
----- A política direta ou indireta de externalização, é um ataque ao serviço público que cumpre ao município garantir e não fragilizar porque, como a realidade tem vindo a demonstrar, uma menor responsabilização política e administrativa das atividades de satisfação de necessidades públicas dos municípios conduz a um serviço de menor qualidade ou mais caro, senão mesmo as duas coisas. -----
----- O STML entende que a reorganização de serviços, motivada pela reorganização administrativa de Lisboa, não pode ser mais um pretexto para reduzir, ainda mais, a atividade municipal e postos de trabalho, em prejuízo dos trabalhadores do serviço público e dos municípios. -----
----- Face ao conteúdo da Proposta e pelas razões expressas, o STML pronunciou-se negativamente relativamente à Proposta de Reorganização de Serviços Municipais que hoje aqui vai ser apresentada, mantendo a sua total disponibilidade para a discussão que se venha a revelar necessária. -----
----- Muito boa tarde e obrigado.” -----
----- **A Senhora Susana Patrícia Marques Pinto Sales Ventura**, residente na Quinta dos Ourives, Lote 5, 1º Esquerdo, 1900-391 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito boa tarde. -----
----- Peço imensa desculpa porque estou bastante nervosa por me encontrar onde me encontro, mas foi a minha única solução vir aqui, a esta Assembleia, expor o meu caso. -----
----- Fui nascida e criada com a minha avó, na Azinhaga do Alto do Varejão. Foi-lhe concedida uma casa da GEBALIS, em 2006, a minha avó com noventa anos já estava bastante doente. E eu com uma filha menor saí de casa dos meus pais, onde estive sempre solteira, e fui para a companhia dela, ajudá-la e acompanhá-la no final da sua vida. -----
----- O que acontece é que, pensei logo em regularizar a situação em relação à GEBALIS ao agregado familiar, e na GEBALIS disseram-me que a carta com todas as diretrizes iria ser-me enviada para a regularização da mesma. Recebo a carta em 2012, entreguei toda a documentação necessária, inclusive uma carta com mais de cinco anos na habitação da minha avó, com a minha filha menor. -----
----- Neste preciso momento, a minha avó faleceu em dezembro de 2013, em janeiro entreguei o óbito, a minha filha refez a vida dela, estou sozinha, perdi um filho, não tenho companhia, trabalho no Estado há vinte anos, sou assistente operacional numa escola, recebo quinhentos e quarenta e nove euros de ordenado base, tenho o meu ordenado penhorado. -----
----- Recebo uma carta em fevereiro a dar-me trinta dias seguidos para a desocupação da habitação, com a qual recorri a um advogado na Junta de Freguesia do Beato o qual me elucidou e ajudou a escrever uma carta para a Dr.ª Maria Helena

Correia, a qual me responde com outra carta com vinte dias corridos para a desocupação da habitação.-----

----- *Eu não tenho para onde ir, não tenho ninguém e preciso da vossa ajuda para esta situação.* -----

----- *Já fiz vários pedidos na Câmara, de habitação social, mas como sou funcionária pública, e quinhentos e quarenta e nove euros não dá para uma percentagem, a minha alta foi oitenta e cinco. Não tenho uma renda em atraso, trabalho e é assim.* ----

----- *Entretanto, torci um pé pelo que tive de andar de muletas o que me provocou uma deslocação do peito, sendo que vou ter uma cirurgia. É assim, estou desorientada, estou a ser seguida na psiquiatria do Dr. Luís Madruga, e estou com treze comprimidos diários.* -----

----- *Estou desesperada e preciso da vossa ajuda e compreensão para a minha situação.*” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Susana. -----

----- Trata-se de uma situação dramática. Eu vou pedir ao Dr. Rui Gonçalves que fale consigo.-----

----- Mas quero alertar aqui os Senhores Deputados para uma situação que já não é a primeira vez que aqui surge. Este problema da pontuação para acesso a uma habitação municipal, eventualmente, a Senhora vereadora já me deu a notícia que estavam a pensar rever aquela matriz do regulamento, sendo que esta situação é recorrente. Portanto, fizemos um regulamento que foi aprovado por esta Assembleia julgo que em 2008, ou 2009, e temos verificado na execução do regulamento no acesso às casas da Câmara que há muitas situações que por aquela matriz as pessoas ficam numa situação que não é suficiente para terem acesso a uma habitação municipal. Haverá com certeza o momento para revisitarmos estas regras, e a Senhora Vereadora, com certeza, que o fará quando entender oportuno. -----

----- Quanto a este caso concreto, naturalmente, terá que ser avaliado. Nós aqui na Mesa não conseguimos dar-lhe qualquer resposta, vamos encaminhar o seu caso para a Câmara, o Senhor Assessor da Senhora Vereadora vai falar consigo. -----

----- Temos regras que temos que cumprir e vamos ver, em consideração ao seu caso em concreto, o que pode ser feito. Mas, naturalmente, vai ser encaminhado e o que é preciso é que mantenha a esperança e não se deixe ir abaixo. Estas situações são muito difíceis, não se passa só consigo. Nós não estamos aqui para fazer mal às pessoas, estamos aqui para ajudar a resolver. Portanto, mantenha a esperança porque há de haver uma solução alternativa, se não for nessa habitação, alguma solução terá de ser encontrada.-----

----- Portanto, vou pedir ao Dr. Rui Gonçalves para falar consigo, e tomamos a devida nota do que aqui nos trouxe.” -----

----- **A Senhora Solange Patrícia da Silva**, sem residência, pernoita numa viatura 12-92-LP, Rua Fonseca Benevides, na parte detrás do Lote A, fez a seguinte intervenção:

----- “Boa tarde a todos, -----

----- *Eu solicitei vir aqui manifestar-me na Assembleia Municipal por motivos de extrema urgência.* -----

----- *Sou mãe solteira e encontro-me em desespero porque, de momento, a minha casa é um banco de um carro. Há sete meses atrás onde eu me encontrava a viver, em casa da minha mãe adotiva, sita na Rua Fonseca Benevides, Lote B, 1º E, no entanto as condições dela não são as melhores e tenho meios para provar isso. Como tal, recorri à habitação social da Câmara Municipal de Lisboa, onde não obtive a pontuação necessária e, entretanto, a casa da minha mãe como é muito pequena, e lá vivia o meu filho, eu, o meu irmão adulto e a minha mãe, e a falta de condições fez com que ela me pusesse na rua com o meu filho.* -----

----- *Entretanto, entre amigos e vizinhos o meu filho foi habitado e eu encontro-me a dormir dentro de um carro, em frente a um prédio de uma cave a qual encontrei uma porta aberta e habitei com o meu filho.* -----

----- *No dia vinte e três de abril, a Polícia Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, pôs-me na rua, e entretanto eu tenho andado a procurar ajudas por todo o lado, continuo a dormir no carro, sou seguida pelas assistentes sociais da Santa Casa da Misericórdia e pela Comissão de Proteção de Menores.* -----

----- *Vivo apenas com duzentos e poucos euros, e a Câmara teve coragem de me pôr na rua a mim e ao meu filho, onde me encontro a viver dentro de um carro.* -----

----- *Todos os anos me inscrevo na Câmara e estou sempre em lista de espera.* -----

----- *Há sete meses atrás quando entrei nessa cave, o meu filho melhorou em tudo na escola, chumbou dois anos seguidos derivado à situação de viver com a minha mãe, e não ter condições. Desde que fui para essa cave, o meu filho melhorou as notas, melhorou tudo, e agora fui posta na rua e estou com medo que o meu filho volte ao mesmo.* -----

----- *Tenho meios para provar em como durmo dentro de um carro, tenho fotos que tirei, tenho a minha matrícula do carro, tenho tudo e, estou assim, a viver na rua.”* -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Dona Solange, já percebemos qual é o problema. -----

----- Naturalmente, que essa atuação da Polícia Municipal, é muito duro o que vou dizer, mas quando as pessoas entram numa casa que não lhe foi atribuída, é natural a atuação da polícia, eu sei que sim, que é uma cave, que não estava ocupada, mas a Polícia Municipal é obrigada a fazer isso. Agora, terá de se encontrar uma solução para o seu caso, e por isso, peço igualmente aqui ao Senhor Assessor para acompanhar e para saber o que é que se passa com os seus pedidos de habitação social, com esse rendimento, em princípio, poderia ter uma pontuação que permitisse ter acesso a uma casa municipal, mas só vendo o processo é que se pode entender porque eu aqui estou a ouvir a sua história pela primeira vez, e não temos elementos para comprovar. -----

----- De qualquer maneira, eu peço, está aí a Assessora, ou o Assessor, da Senhora Vereadora que vão já falar consigo para se ir buscar o processo para ver o que se está a passar. -----

----- Neste momento, D. Solange, não lhe posso dizer mais nada. Vamos ver o que se passa e muito obrigada por trazer aqui o seu problema.” -----

----- **A Senhora Cláudia Batalha**, residente no Bairro da Boavista, Rua rainha D. Brites, Lote 12, 1º A, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *O meu nome é Cláudia Batalha, sou moradora no Bairro da Boavista, e o que me trás aqui é a habitação.* -----

----- *Conforme estou cá eu, estão cá mais pessoas exatamente na mesma situação que eu. Há vários anos que andamos a tentar ter uma habitação social e mandam-nos esperar, esperar, e nós esperamos, e estamos numa espera em que nunca mais acontece nada.* -----

----- *O Bairro da Boavista, estão lá com grandes construções, com grandes projetos, o que é muito bom. E nós ficamos contentes por isso, por ver finalmente que o Bairro da Boavista está-se a destacar.* -----

----- *Mas ao mesmo tempo sentimo-nos tristes e revoltados. Porque é que o nosso problema que já vem de há vários anos, a Câmara Municipal tem conhecimento, a Senhora Presidente da assembleia sabe da situação, da minha situação e de muitas que estão aqui presentes, e a verdade é que nada acontece. É esperar, esperar, agora há a requalificação do bairro que tem de ser requalificado porque as casas estão em mau estado, e as pessoas têm de sair de lá, e nós continuamos à espera. Pergunto, o que é que se passa com os nossos processos? O porquê de não termos uma resposta?*

----- *Não queremos invadir casas, não queremos criar distúrbios, não queremos criar conflitos com as pessoas que lá moram, porque são as pessoas que estão a ser requalificadas, mas o facto é que estamos a sentirmo-nos indignadas porque também temos os nossos filhos a crescer.* -----

----- *Dou o meu exemplo, mas conforme eu mais pessoas estão aqui presentes, estamos num quarto a dormir com crianças menores, eu estou no quarto com as minhas três filhas e com o meu marido. É a situação em que me encontro, eu e muitas outras, e para nós é humilhante, é frustrante, e tentamos de tudo como manda a lei, e como nos mandam fazer as coisas, e a gente faz e o facto é que parece que ninguém se importa com esta situação. Continuamos a viver ao monte e não temos uma casa porque não temos condições económicas para alugarmos, ou comprarmos uma casa e continuamos a ser os esquecidos.* -----

----- *O que peço é que se lembrem de nós, nós existimos e estamos lá.* -----

----- *Muito obrigada.”*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Mais uma vez um caso de urgência. -----

----- Penso que a Vereadora, e a Câmara conhecem bem esta situação do Bairro da Boavista. Não há dúvida nenhuma que está a ser feito algum investimento no bairro. --

----- Ainda não começou a construção do novo conjunto de casas que irá substituir o primeiro bloco de Alvenarias, e esse investimento é urgentíssimo, e naturalmente, a Assembleia Municipal dará todo o apoio para que as obras andem o mais depressa possível. -----

----- Enquanto andam, e não andam, naturalmente, pediremos agora aos serviços da Senhora Vereadora para verificarem a sua situação, embora eu tenha consciência que no caso do Bairro da Boavista até têm um tratamento um bocadinho mais pormenorizado porque ele é acompanhado pelo GABIP e pela Associação de Moradores do bairro, e sei que já foram falar à Associação de Moradores, já colocaram o problema, mas nestas coisas e em Portugal em particular, é preciso não desistir. Portanto, têm que insistir até que se encontrem soluções, temos de ter paciência e insistir porque a habitação é um direito, e nós ficamos também muito frustrados quando não conseguimos resolver estas questões, esta é que é a verdade para quem está deste lado tomáramos nós termos casas para distribuir às pessoas que precisam, mas temos que, de um lado e de outro, fazer força para que as obras aconteçam mais depressa e que os vossos casos tenham solução.-----

----- É a mensagem que nós podemos deixar agora, aqui. Ficou registada a sua intervenção e iremos agora diligenciar junto do gabinete da Senhora Vereadora. -----
----- Muito obrigada D. Cláudia.” -----

----- **O Senhor Fernando Silvestre**, residente na Rua da Quinta de Santa Maria, 19, Bairro da Encarnação, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- *Em primeiro lugar, gostaria de dizer que foi um choque ter ouvido os três oradores anteriores. Felizmente, não é nada de semelhante o que se passa comigo e quase que me sinto acanhado por apresentar este caso. Mas enfim, uma vez que cá estamos, contarei com a vossa boa vontade e a vossa atenção. -----*

----- *Sabendo como é limitado o tempo, vou resumir da maneira mais telegráfica aquilo que quero dizer.-----*

----- *Eu moro no Bairro da Encarnação e, como sabem, o Bairro tem quintais e junto ao meu quintal foi construída uma garagem que ultrapassa em muito aquilo que, possivelmente, é razoável. -----*

----- *Esta garagem, não só pela sua volumetria incomoda, mas o que é verdadeiramente chocante é essa garagem ter sido construída adoçada ao meu muro.-----*

----- *Por acaso, um amigo meu esteve lá em minha casa, mora em Berlim, e ficou espantado com o facto de em Portugal se permitir construir seja o que for, encostado a um muro contíguo. Penso que há uns anos atrás, isto não seria permitido. Esta circunstância desencadeou, não só, uma situação de incómodo, como também de reclamação, e fiz uma reclamação para os serviços que me pareceram competentes, da Câmara, frisando este ponto: não é legítimo, será legal, mas não é legítimo que alguém construa junto de um muro de um vizinho. A resposta que obtive foi que é legal. E eu venho contestar a legalidade do que me é afirmado, até mesmo a notificação, mas da legitimidade da circunstância. E é essa a razão que me trás aqui.-----*

----- *Não terei esgotado o meu tempo porque felizmente, o problema não é dramático face àqueles que eu vi, mas não deixa de ser motivo de consideração, não deixa de ser pelo menos, motivo de reflexão. Se é possível construir-se de um lado de um muro algo que não só esteja adoçado, tenha uma volumetria extremamente elevada e desproporcionada, segundo o meu ponto de vista que é subjetivo. -----*

----- *E terminaria com uma pergunta, se eu algum dia quisesse fazer alguma coisa de semelhante que pelos vistos é legal, qual seria as dimensões que o muro poderá ter, ou que a construção poderá ter? Porque antes de construir gostaria de saber qual é o quadro legal em que eu me movimentaria.*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu:-----

----- “Muito obrigada Senhor Fernando Silvestre.-----

----- Naturalmente, a Mesa aqui não lhe pode dar imediatamente resposta, embora haja serviços da Câmara e qualquer balcão de atendimento poderá lhe dar informações sobre aquilo que pediu relativamente ao muro, mas seja como for, nós vamos mandar a intervenção que fez ao Senhor Vereador responsável pelo urbanismo, que é o Senhor Vereador Manuel Salgado, e terá depois uma resposta detalhada daquilo que está a perguntar porque, naturalmente, tem todo o direito de saber o que é que pode fazer, e se aquilo que foi feito ao seu lado, se é legal, ou não é, há primeira vista, parece que não será, e portanto, que diligências é que terão sido feitas pelos serviços.-----

----- Muito obrigada por ter trazido aqui o problema.”-----

----- **O Senhor Fernando Silva**, residente na Rua da Quinta de Santa Maria, 21, Bairro da Encarnação, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos os presentes.-----

----- *Eu venho também reclamar pelo mesmo motivo da pessoa anterior, o Senhor Fernando Silvestre.*-----

----- *Venho reclamar pela construção do tal muro, também eu fui prejudicado mais uma outra pessoa que não pode estar presente por estar doente. Somos três os moradores prejudicados por esta construção, porque o anexo confina com as três moradias.*-----

----- *Isto parece-me que é um atentado, tanto em altura, como sendo junto aos muros.*-----

----- *Nós reclamamos para a Câmara e a resposta que nos dá o Senhor Chefe da Divisão de Projetos é que isto está legal. Mas para nós, não. Deve haver uma pessoa acima deste senhor que verifique que isto não pode ser.*-----

----- *Era isto que queria dizer.*-----

----- *Eu deixo cópias de documentos.*-----

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **A Senhora Elisabete Soares**, residente na Rua João Graça Barreto, Lote 44, R/Chão Esquerdo, Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- *O problema que me trás aqui foi de um divórcio que tive há dez anos, do qual me disseram que tinha direito a desdobraimento, e sendo que não tive, fiquei sem casa até hoje.*-----

----- *Ao fim de sete anos e meio, voltei para casa, pelos meus filhos e porque não tinha onde ficar. Tive lá dois anos e meio, ele mudou a fechadura, e eu estou na rua com o meu filho mais novo. Estou a viver na Costa, numa roulotte que me emprestaram. Estou inscrita na Câmara há oito, nove anos, e os meus valores já foram muito altos.*-----

----- Tive com uma depressão, fiz uma cura de sono, e quando me voltei a inscrever a pontuação tinha descido para oitenta valores. Não percebi, nunca percebi porque é que a pontuação desceu tanto pois as condições são as mesmas, ou piores ainda. -----

----- Já entreguei todos os papeis que tenho ao Senhor Presidente da Junta o qual me está a tentar ajudar, Freguesia de Marvila, Dr. Belarmino. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhora Elisabete. -----

----- Mais uma situação que só em face do processo é que poderá ser analisada. -----

----- Vamos enviar para o gabinete da Vereadora o seu caso para ser analisado. -----

----- Mas aos Senhores Deputados mais uma vez digo, vamos de certeza receber da Senhora Vereadora algumas sugestões para revisitarmos este tema, porque ele está-nos a aparecer de várias maneiras e é nossa responsabilidade acompanhar estes processos, e saber de que maneira podemos ajudar a Câmara a dar a melhor resposta a estas situações. A Câmara não faz milagres, nem nós, mas temos o dever de procurar encontrar as melhores respostas e sei que é isso que é feito pela Senhora Vereadora, e vamos ver o que poderá acontecer. -----

----- De qualquer maneira, a habitação não tem estado na agenda política. Talvez estes sucessivos casos que têm vindo aqui à Assembleia Municipal nos ajudem a todos a compreender da importância central que a habitação volta a ter na vida das famílias e da responsabilidade que temos por tentar encontrar soluções.” -----

----- **A Senhora Célia Ramos**, residente na Avenida Almirante Reis, 168, Cave Direita, Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, e Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O problema que me trás aqui esta tarde já foi referido no início desta sessão pública pela minha vizinha Ana Rita dos Santos Cascais. Somos vizinhos de um ginásio que está a funcionar vinte e quatro horas por dia. cremos que o ginásio não está devidamente licenciado, certamente não tem as condições para funcionar, e nós neste momento, sentimo-nos numa zona de guerra, e a sermos palco de uma tortura de sono porque nós não conseguimos dormir. -----

----- De facto, eu oiço as pessoas a correr nas passadeiras e oiço-as toda a noite, incessantemente, param cinco minutos, e recomeçam cinco minutos depois e isto existe há dois anos. -----

----- Estou com problemas de saúde graves por causa disto. -----

----- Tenho um trabalho altamente sensível que põe a vida das pessoas nas mãos e outros serviços imprescindíveis para o bom funcionamento da sociedade nas mãos, também, e no dia em que alguém morrer, ou houver um acidente grave, quem é que vai ser culpado disto? -----

----- Portanto, nós gostaríamos muito que a Câmara nos auxiliasse nesta situação. Existe um processo a decorrer já há mais de um ano, e vou referir o número 32426/CML/13, e gostaríamos muito de ver este problema resolvido. -----

----- *Inicialmente, não queríamos que o ginásio fechasse. Tentamos a bem com o proprietário do ginásio resolver a situação, mas vimos que não existia boa-fé da parte do proprietário, sendo que esta situação é insustentável. Neste momento, é insustentável e era mesmo isso que queria referir.* -----

----- *Muito obrigada.*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Ficou registada a reclamação que já tinha sido apresentada pela Senhora Dona Ana Rita e, iremos naturalmente, tomar as providências que estiverem ao nosso alcance para resolver a situação.-----

----- E Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, terminámos as intervenções do público. -----

----- Resta-nos agora dar início à segunda parte, propriamente à nossa ordem de trabalhos de hoje, posterior à intervenção do público.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO DEPUTADO MUNICIPAL TELMO CORREIA (CDS-PP), AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 77.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, EM VIGOR, A CONTRÁRIO, POR FORÇA DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 3.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ART.º 7.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de entrarmos nas declarações políticas eu queria vos pedir, portanto, para ter em devida conta que há um pedido de suspensão de mandato, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Telmo Correia e que foi distribuído a todos os Grupos Municipais. -----

----- Normalmente nestes casos apenas pergunto se alguém tem alguma objecção, e se ninguém tem nenhuma objecção consideramos que a Assembleia Municipal acolheu favoravelmente o pedido de suspensão e assim se fará e o Senhor Deputado Municipal é substituído por quem foi indicado, que foi aliás convocado para a sessão de hoje, o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura.” -----

----- **PONTO 2 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES E VOTACÕES;** -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos entrar nas declarações políticas e eu queria lembrar aos Senhores Deputados Municipais duas coisas importantes. -----

----- Nós de hoje a uma semana temos uma sessão que vai começar meia hora mais cedo, de perguntas à Câmara, começará às catorze e trinta, às duas e meia, para depois às dezoito e trinta termos o debate temático das migrações, para não encurtar demasiado o tempo das perguntas à Câmara. -----

----- Queria lembrar também que já recebi perguntas de todos os grupos, à exceção do PNPn e dos IND, se porventura querem apresentar perguntas eu peço que o façam o

mais rapidamente possível para poder ser enviado o ofício à Câmara ainda hoje, porque é o que está no regimento é com uma semana de antecedência que têm que ser enviadas as perguntas.-----

----- A segunda questão que vos queria dizer, temos uma série de eventos no mês de Maio que eu queria lembrar a todos os Senhores Deputados Municipais.-----

----- Na sessão do dia doze nós vamos apreciar as contas da Câmara, mas antes disso vamos ter uma homenagem ao Professor Mendes Vítor, que foi uma pessoa que se destacou na luta por condições e na investigação sobre o risco sísmico da cidade de Lisboa. É uma homenagem proposta pela Sociedade de Geografia e por uma Comissão Nacional de Homenagem ao Professor Mendes Vítor. Teremos aqui uma apresentação da biografia do professor na presença da família, com colegas da Sociedade de Geografia também e eventualmente alunos que queiram estar presentes. -

----- E essa parte dos nossos trabalhos demorará cerca de meia hora, começará por volta das quinze horas e demorará cerca de meia hora, só depois é que começamos a questão das contas da Câmara. Esta data já estava fixada com a família, portanto, já não foi possível alterá-la. Vou também marcar para o dia doze o início às catorze e trinta, para dar tempo à intervenção do público se houver, depois a evocação e a ver se pelas quinze trinta o mais tardar estamos a começar o debate das contas e dos documentos de prestação de contas da Câmara.-----

----- Depois temos mais iniciativas para o mês de Maio, mas temos tempo até lá para vos dar conhecimento delas, portanto, eram estas duas mensagens que vos queria deixar, ponham nas vossas agendas que na sessão do dia cinco e do dia doze os trabalhos começam às catorze e trinta. Pedia que estivessem a horas para que tivéssemos quórum, porque se vierem todos outra vez à hora de hoje, atrasamo-nos e perdemos tempo. Era o pedido que a Mesa fazia.-----

----- Vamos entrar no período das declarações políticas e a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal eu só queria informar que a minha declaração política é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, ele não está, não sei se espero, se adio a intervenção.-----

----- Senhora Presidente? Desculpe. A intervenção política do PSD era dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, ele saiu agora mesmo, não sei se volta se não, se ele não está, não faz sentido fazê-la.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Presidente da Câmara está presente na sessão, pode ter uma ausência momentânea Senhor Deputado Municipal, mas ele está presente na sessão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Talvez fosse melhor introduzir outro orador para depois eu ir a seguir quando ele estivesse, eu agradecia isso.-----

----- Porque de outra forma não faz sentido eu estar a dirigir-me ao Presidente da Câmara, ao novo Presidente, sem ele cá estar.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhor Deputado Municipal, todos os Deputados Municipais têm direito a serem ouvidos pelo Senhor Presidente da Câmara, é uma ausência momentânea na sala que todos temos que compreender que pode ser necessária, mas não vou interromper os trabalhos por causa disso. -----

----- Naturalmente aqui estão assessores do gabinete do Senhor Presidente que vão ver o que é que se passa. Temos o Senhor Vice-Presidente presente, temos o resto da vereação, Senhor Deputado Municipal custa-me um bocadinho agora suspender porque não está o Senhor Presidente da Câmara neste instante na sala, estará dentro de uns momentos. -----

----- Olhe, ele já aí está, está a ver. -----

----- Temos de considerar que as pessoas não estão propriamente coladas às cadeiras.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente ninguém está a exigir isso, portanto, eu começo. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, o acontecimento político que de facto é relevante e que convém aqui salientar e que o PSD salienta, é a mudança de Presidente da Câmara. -----

----- Nós temos um novo Presidente da Câmara e que tem naturalmente toda a legalidade para o ser e se eventualmente alguém lhe possa diminuir a legitimidade, não há dúvida que todos aqueles que eram informados politicamente sabiam que isso iria acontecer ou agora, ou mais tarde, ou por força da candidatura do Senhor Doutor António Costa a Secretário-geral do PS e consequentemente a Primeiro-Ministro ou mais tarde, quiçá, candidato a Presidente da República, porque essas duas opções todos falávamos que iriam acontecer. Portanto, a passagem de testemunho ao Doutor Fernando Medina era uma coisa que, aquelas pessoas que eram politicamente informadas, sabiam com certeza que iria acontecer. -----

----- Daí, o PSD naturalmente nesta primeira intervenção saúda o novo Presidente da Câmara e deseja, como é óbvio, que o desempenho do Senhor Presidente da Câmara atual seja aquele mais conveniente e mais justo, para o desenvolvimento da cidade de Lisboa e para o benefício dos cidadãos de Lisboa e da parte do PSD, como sempre, terá uma oposição firme, construtiva e dialogante. E espero, esperamos, à semelhança do que aconteceu no passado com o Doutor António Costa, que o PSD seja ouvido e que participe dentro das suas possibilidades e de acordo com as suas ideias, naquilo que é o desenvolvimento da cidade. -----

----- Eu recordo que o PSD, apesar de oposição, contribuiu em muitas circunstâncias para ações concretas e positivas que se desenvolveram com esta maioria na cidade de Lisboa. Basta lembra a reforma administrativa, basta lembrar muitos regulamentos, o próprio PDM e muitos regulamentos que foram entretanto desenvolvidos. Em muitas circunstâncias isso foi feito quer na Câmara, quer aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Aquilo que nós prometemos é que, continuaremos a ser críticos daquilo que achamos que estiver errado, poderemos ser até críticos com alguma dureza se for essa a necessidade, mas também seremos naturalmente...aplaudiremos e seremos parceiros em tudo aquilo que entendermos que é no sentido do desenvolvimento da cidade. -----

----- Temos vindo a fazer várias propostas, propostas construtivas, propostas que visam o interesse de Lisboa e esperemos que elas tenham de alguma forma eco, eco positivo não só nas palavras como também nas ações a desenvolver pela Câmara. Eu lembro a Colina de Santana, eu lembro os bairros históricos, o património da humanidade, eu lembro muitas e muitas iniciativas que têm sido mais ou menos lançadas pelo PSD, adotadas até por esta Assembleia Municipal e que esperamos que elas venham a ser desenvolvidas. Na próxima sessão da Assembleia Municipal em que vão ser apresentadas perguntas à Câmara, naturalmente que elas irão ser especificadas uma a uma. -----

----- Mas relativamente à saudação que o PSD faz ao novo Presidente é que pode contar com a nossa colaboração, nós não fazemos oposição pela oposição, nós reconhecemos que muitas vezes é muito mais fácil dialogar em termos da Assembleia Municipal porque as propostas têm mais tempo para ser maturadas, a fiscalização da Assembleia Municipal pode também ser em muitas circunstâncias uma ajuda à valorização, como aliás se tem verificado, não poucas vezes, uma ajuda à valorização das propostas. Porque reconhecemos, e eu tenho essa experiência, reconhecemos que na Câmara as propostas são apresentadas com três, quatro dias de antecedência, são as agendas têm oitenta, setenta, sessenta, cinquenta propostas, é muito difícil a quem quer seja da oposição, mesmo trabalhando e todos me conhecem porque eu procuro fazê-lo, mesmo trabalhando afincadamente, ter uma ideia muito clara daquilo que são as propostas que nos são colocadas à frente. E muitas vezes é aqui na Assembleia Municipal que as propostas têm tempo para ser bem estudadas, têm tempo para ir às comissões especializadas, têm tempo para ser discutidas e têm tempo para ser consensualizadas. -----

----- É esse apelo que eu faço ao Senhor Presidente e faço a todo o Executivo, no sentido de que, até ao final deste mandato Lisboa possa continuar a ser valorizada com o contributo de todos, porque se é importante a maioria também é muito importante a oposição. Nomeadamente a oposição do PSD, que como todos sabemos pode, deve, desejo que num próximo futuro seja também responsável direto pela gestão da Câmara Municipal, portanto, estamos todos envolvidos no mesmo processo. Não é aqui uma luta que nos possa vangloriar só porque um derrotou o outro, o que nos deve vangloriar é a defesa da cidade de Lisboa, é a defesa das pessoas, é valorizar aquilo que é de valorizar, é preservar o nosso património, é lutar pela reabilitação urbana, é lutar por uma ação social dirigida aos mais fracos, pela habitação, como ainda aqui vimos há pouco uma série de pessoas a reclamar a necessidade de uma habitação, é lutar por todas essas coisas, que de facto são importantes para a cidade e não apenas pelo efeito mediático de uma ou outra iniciativa que pode ser importante em termos de media, mas de facto, não pode refletir em nada ou muito pouco naquilo que é a valorização dos lisboetas. -----

----- Portanto, estamos nessa disposição, desejamos que o Senhor Presidente, aliás, já deu de alguma forma esse exemplo em relação a uma proposta que veio aqui à Assembleia Municipal ultimamente, recorde aquilo que se passou com o Fator F, e eu espero que isso continue. Da nossa parte tem toda a colaboração quer ao nível do diálogo com os Senhores Vereadores, quer ao nível do diálogo com as outras forças políticas, estamos cá para isso, estamos cá para defender Lisboa e espero que tudo corra o melhor possível.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu lembro qual é o modelo destas sessões de declarações políticas. -----

----- Cada Grupo Municipal ou o conjunto de Independentes, podem fazer uma declaração inicial até oito minutos, depois há um período em que cada força política pode fazer perguntas à força política que acabou de falar. Portanto, neste momento já temos uma pessoa inscrita, apenas do PS não temos de mais nenhum grupo. -----

----- Depois o Deputado Municipal que falou responde e termina a declaração política do PSD, depois seguiriam as outras, sempre com o mesmo modelo. -----

----- Ao longo da sessão a Câmara tem dez minutos, para usar quando entender para responder aos esclarecimentos que possam ser solicitados. -----

----- Portanto, neste momento eu pergunto se há mais inscrições para fazer perguntas ao Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves? -----

----- Não havendo a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra a quem a pediu.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, aproveito para cumprimentá-la antes de mais, membros da Mesa, colegas, Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, público presente. -----

----- Registamos com agrado a intervenção do Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, saudamo-la até, porque denuncia uma disponibilidade que registamos como convicta para contribuir para um bom mandato destes dois órgãos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal. -----

----- Assinalamos também que o exemplo que identificou como suporte desse bom pronúncio é a evolução da proposta que aqui foi sendo denominada como Fator F, que revela não só um espírito construtivo no caso da bancada do PSD, como também uma atitude igualmente construtiva, colaborante, da atual Presidência de Câmara. -----

----- E é neste espírito e prosseguindo este espírito e buscando também os desafios que se colocam atualmente à cidade, que eu lhe dirigia uma questão. Enunciou temas como a habitação, a sustentabilidade, temas que são relevantes para a cidade, mas num tema muito concreto que marca o quotidiano que é o reforço da intenção do Governo em promover, nos meses que restam do seu mandato, a privatização do Oceanário. -----

----- Gostaria de saber qual é a posição do Senhor Deputado Municipal relativamente a este tema? -----

----- Que é um tema que interessa à cidade, interessa à cidade a todos os níveis. -----

----- E que perspectivas de colaboração, partindo do pressuposto que a perspectiva correta e que melhor serve o Município, é a de que este processo não seja concluído

nem seja realizado apressadamente. Qual é a perspectiva do Senhor Deputado Municipal e da bancada do PSD, relativamente a esta anunciada intenção de privatização do Oceanário?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, agradeço-lhe também as suas palavras, mas sinceramente, eu não percebo qual é que é a prioridade para a cidade de Lisboa do Oceanário ser privado ou ser público. -----

----- Eu não sei qual é a grande diferença que o Oceanário terá ser privado ou ser público? Terá menos peixes? Terá mais peixes? Será mais caro? Será menos acessos às crianças, às escolas? Sinceramente tenho alguma dificuldade. -----

----- Eu pensava que o Senhor Deputado Municipal me ia perguntar em relação aos transportes públicos, porque isso aí já a gente poderia ter uma discussão com algum fundo e com alguma força. Agora eu sinceramente, por mim, não falo em nome da minha bancada, por mim em relação ao Oceanário não vejo, defeito meu confesso, não vejo que haverá uma grande diferença para a cidade de Lisboa se o Oceanário for público ou for privado. -----

----- Também não me compete a mim sequer, não é com certeza a minha voz que se vai erguer junto de quem quer que seja, para que numa luta, para que ele seja isto ou aquilo, deixar correr. A competência é do Governo, pois decida o que decidir, agora no fim eu quero é que o Oceanário, aliás, como em todas as circunstâncias, todas as coisas que não pertencem à Câmara, à gestão da Câmara, de alguma forma são da gestão de outrem, privadas ou até públicas, do Estado. A Câmara tem de ter uma intervenção de tutela, de fiscalização, de garantia que funciona da forma mais correta, de garantia que os serviços prestados são os melhores, nas melhores condições. Essa força, essa capacidade de intervir junto de quem tem a responsabilidade da gestão da coisa pública que interessa à cidade de Lisboa, é que nós, nós Município temos que reclamar sempre. -----

----- Se a gestão é nossa ou não é nossa a diferença pode ser grande, mas também não é o mais importante, o que é importante é que eles sirvam os desígnios e os interesses de quem viva em Lisboa. Isso é que nós temos que exigir, isso é que nós temos que fiscalizar, a exigência de tutela, a exigência de estar permanentemente a observar a forma como funciona, seja um transporte, seja o que for. Embora não possam ser da responsabilidade do Município, o Município tem que de alguma forma garantir que as suas entradas, que os seus acessos, que a sua bilhética é de acordo com os interesses que a cidade defende. Isso é que a garantia que nós temos que defender e para isso conte comigo.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminou a parte da declaração política do PSD, vamos passar à segunda declaração política que é do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para a declaração política de hoje “Os Verdes” selecionaram o tema do “ensino artístico especializado”, porque consideramos que este Governo tem desvalorizado o ensino público em Portugal, denotando as escolas de ensino artístico com falhas de financiamento, quer nas públicas, quer nas do ensino particular e cooperativo, para que possam funcionar devidamente e com a dignidade que os seus beneficiários e profissionais merecem e têm direito.-----

----- As escolas do ensino artístico especializado, que complementam a oferta da escola pública, têm perto de quatro mil professores e são frequentadas por cerca de vinte e quatro mil alunos.-----

----- Hoje mesmo estas escolas vão manifestar-se com música à porta do Ministério, em Lisboa, onde estarão vários diretores das escolas a associarem-se à manifestação apoiada pela Federação Nacional de Professores.-----

----- Há profissionais destas escolas que clamam ao País, designadamente ao Governo, condições de sobrevivência, para que lhes seja pago o salário que lhes é devido pelo seu trabalho, porque lhes falta o pagamento para poderem sobreviver. E o que é que o Ministério da Educação vem fazendo nestas circunstâncias? Finge que ouve, mas não ouve, ou que dialoga, mas apenas adia decisões, lançando culpas para o Tribunal de Contas, que lhas devolve imediatamente, reconhecendo a incompetência do Ministério da Educação nesta matéria.-----

----- Segundo palavras dos próprios docentes, citamos, ‘as pessoas não imaginam o que é gerir uma escola assim, se tivermos dívidas à segurança social ou ao fisco não podemos receber as verbas comunitárias, mas como o Estado não garante que essas verbas nos cheguem às escolas no tempo devido, temos de fazer empréstimos pessoais sobre os quais pagamos juros para cumprirmos as nossas obrigações para com o mesmo Estado’. ‘O problema não é de hoje, tem quatro anos. Basta de nos sujeitarmos a esta situação incrível, que é a de vivermos em agonia e só recebermos o dinheiro a que temos direito quando fazemos pressão!’-----

----- Para “Os Verdes”, o ensino não pode viver nestas circunstâncias. O que se tem passado com as escolas de ensino artístico especializado é absolutamente intolerável, com situações de atrasos salariais e incapacidade para o pagamento de um conjunto de compromissos que as escolas têm, incluindo com as Finanças e com a Segurança Social. Aconteceu mesmo o caso de escolas que, estranguladas por esta situação, se viram na iminência ou foram mesmo forçadas a encerrar portas ou a parcialmente suspenderem as aulas. Trata-se de uma lamentável situação que demonstra o desrespeito e a inaptidão do Governo em relação à educação em Portugal.-----

----- Neste contexto, “Os Verdes” propõem hoje que esta Assembleia Municipal delibere instar o Governo a reconhecer a atenção e a prioridade que o ensino artístico especializado merece, garantindo o relevante papel das escolas de Ensino Artístico Especializado e pugnando pelo direito do acesso à educação e pela dignificação do ensino, responsabilizando o Estado pela promoção dos direitos dos cidadãos, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa.-----

----- Por isso, propõe-se que se apele ao Governo para que promova diligências para que nenhuma escola deixe de prestar o ensino artístico especializado por razões

relacionadas com o atraso na atribuição de verbas estatais, que o Ministério regularize o financiamento das escolas através do Orçamento de Estado, garantindo o cumprimento de prestações futuras relativas ao ano letivo em curso, e desobrigando-as de quaisquer encargos adicionais com entidades externas causados por eventuais atrasos na transferência de verbas, que o Governo cumpra os prazos de candidatura ao financiamento público por parte dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, de modo a garantir a atribuição dos montantes necessários ao seu funcionamento no início de cada ano letivo, que reformule os planos de estudo e programas curriculares nas diversas disciplinas do ensino especializado, alterando também as regras de acesso ao ensino superior em tempo útil para o próximo concurso, e que finalmente encontre, em conjunto com as suas organizações representativas, soluções para os problemas laborais específicos dos docentes do Ensino Artístico Especializado.-----

----- Por fim, gostaríamos, em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, de deixar uma saudação às escolas de ensino artístico especializado, seus professores, funcionários, estudantes e famílias que têm sido tão profundamente afetados por estas situações e que hoje mesmo se manifestam em frente ao Ministério da Educação.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se há algum Senhor Deputado Municipal que queira fazer perguntas?-----

----- A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado do PCP quer fazer perguntas ao Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostava de colocar a questão relativa a esta declaração política aqui colocada, que tem a ver com a responsabilidade que o Estado tem para com a cultura e que destina 0,1%, precisamente para isso mesmo.-----

----- Estando nós a entrar no mês de Maio e do Dia do Trabalhador é na próxima sexta-feira, é lamentável, é muito grave, que situações destas de salários em atraso que o Senhor Deputado Municipal colocou. E eu deixava a pergunta, colocou salários em atraso aos professores, eu presumo que seja aos vários profissionais do Ensino Artístico Especializado.-----

----- Portanto, tendo em conta a componente cultural que o Estado se desresponsabiliza de assumir, tendo em conta que estamos a iniciar o Dia do Trabalhador na próxima sexta-feira e que queremos vincar aqui os direitos laborais e sociais, são direitos humanos também, era a questão que eu queria colocar, se assim é? Extensiva a todos os outros, naturalmente. Ou será a responsabilidade que tem que ser assumida pelo Estado e que mais uma vez devemos exigir do mesmo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agradeço a questão colocada pela nossa colega Deputada Municipal Deolinda Machado.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, tem havido uma notória falta de atenção do Governo em prestar ao ensino especializado das Artes no nosso país os cuidados que lhe são devidos. Entre muitos constrangimentos, as escolas do ensino artístico especializado debatem-se com os obstáculos legislativos, falta de financiamento atempado, instalações precárias, inexistência de planos de formação, ausência de mecanismos de recrutamento e ingresso em quadros, situações a que urge pôr termo. -----

----- Num tal ambiente de abandono, têm as escolas públicas mobilizado esforços no sentido da constante melhoria das práticas educativas, da diversidade das ofertas, da disponibilização do acesso a este tipo de ensino ao maior número possível de crianças e jovens. Realce-se, também, o insubstituível papel de difusão cultural que estas escolas desempenham nas comunidades e nas áreas em que estão implantadas, demonstrado pelas dezenas de concertos promovidos por sua iniciativa, ano após ano, dentro e fora de portas. -----

----- Na sequência da publicação de um estudo de avaliação do ensino artístico especializado, a atual equipa do Ministério da Educação tomou a iniciativa de levar a cabo um processo a que chamou de "refundação" daquela modalidade de ensino. O conjunto destas diretivas parece mais orientado para a redução a dimensões quase simbólicas da presença da escola pública nesta área, do que para a efetiva resolução dos problemas existentes. -----

----- As ameaças passam pela extinção das práticas de ensino especializado a crianças do 1º ciclo do ensino básico e dos regimes de frequência supletivo e articulado, que na prática, inviabilizam a frequência destas escolas por jovens que habitem e estudem fora das zonas onde funcionam as escolas do ensino especializado. Com tais medidas, a pretexto da melhoria da qualidade do ensino ministrado, o Ministério da Educação propõe a redução drástica, por decreto, do número de alunos no ensino especializado público. -----

----- Porém, há outras alternativas para este panorama, tais como, proceder à ampliação da rede pública de escolas de ensino especializado, criação de redes de escolas especializadas nas outras áreas artísticas, manutenção dos três regimes de frequência atualmente em vigor, o articulado, o supletivo e o integrado, definindo claramente as respetivas finalidades e assegurando que em todas as escolas possam conviver os três regimes, reformular planos de estudo e programas nas diversas disciplinas do ensino especializado, e encontrando soluções alternativas para os problemas laborais específicos dos docentes do ensino artístico especializado que passem, designadamente: -----

----- No ensino público, pela aplicação imediata de Recomendações da Assembleia da República para a promoção de medidas adequadas tendentes à integração em lugar de quadro dos docentes de técnicas, pela negociação e publicação de legislação que estabeleça critérios para a constituição dos quadros dos estabelecimentos de ensino artístico especializado, bem como a implementação de processos para que se proceda, em cada uma das escolas, à integração do pessoal docente em exercício; -----

----- Mas também, no ensino particular e cooperativo, pela fiscalização das situações contratuais, penalizando situações de flagrante ilegalidade, como recibos verdes, contratos ilegais, etc., pela celebração de contratos de patrocínio à observância da Lei no que respeita às condições contratuais e de prestação de serviço docente, pela articulação entre os vários níveis de ensino, principalmente entre o ensino especializado de nível secundário e o ensino superior especializado, por uma avaliação do atual quadro legal regulamentador do ensino artístico especializado, clarificando na lei o enquadramento deste tipo de ensino, generalizando no ensino público o acesso ao ensino especializado da música e da dança, bem como das outras formas de interpretação e expressão artística aos alunos do 1º ciclo do ensino básico. --

----- Soluções existem, o que falta é o Ministério da Educação dar cumprimento aos princípios de igualdade no acesso à educação, consignados na Constituição da República Portuguesa.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou a declaração política do Grupo Municipal do PEV e vamos passar agora à declaração política do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lages (PS)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Hoje vivemos na sequência de uma revolução, conseguida sem sangue, que nos abriu caminhos de liberdade. Para que os possamos percorrer é indispensável o respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos, que vamos vendo, infelizmente, postos em causa.’, Francisco Sá Carneiro, 1975. -----

----- São os caminhos da liberdade e do respeito absoluto das liberdades públicas a que se referiu Sá Carneiro, que certamente estiveram na mente dos fundadores do então movimento cívico ‘não apaguem a memória’, quando em 2005, se propuseram transformar a prisão obscura, o poço ou a cisterna como o nome indica, num museu, num espaço de resistência e de liberdade. Assim, saudamos a abertura do Museu do Aljube no passado dia 25 de Abril, dedicado à memória do combate à ditadura e dar resistência em prol da liberdade e da democracia. Como disse o Presidente da CML, não há direitos sociais sem liberdade, por isso precisamos de mais liberdade para termos mais direitos sociais. -----

----- Foram milhares de presos que infelizmente passaram pelos ‘curros’ do Aljube, mas é também por isso que hoje, em liberdade, em Abril, defendemos que o futuro se cria no presente com a memória do passado. -----

----- E por falar em respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos, que vamos vendo, infelizmente, postos em causa, como dizia então Sá Carneiro. -----

----- E por falar em Abril. No 25 de Abril da revolução e da liberdade que ela nos trouxe, daqui saudamos a providência cautelar interposta pelo Presidente da CML Doutor Fernando Medina. Esta providência cautelar visa impedir a imediata continuação do processo de subconcessão dos serviços de transportes da Carris e do Metro e que antecede a ação judicial principal, que visará a anulação da contratação levada a cabo pelo Estado e pelas empresas. Estamos certos de que esta decisão será anulada e porquanto carecem os decisores de competência para a tomar, isto é, nem o Estado, nem as empresas têm competência para concessionar ou subconcessionar algo

que não lhes pertence, uma vez que a Lei das Autarquias Locais de 2013, lhe atribui esta competência para gerir a rede de transportes locais aos municípios e não ao Estado, aliás, é também assim que se compreende o pedido de fiscalização sucessivo da constitucionalidade, levado a cabo pelo Grupo Parlamentar do PS, acerca desta matéria. Por isso, saudamos o Executivo Municipal e o Presidente da CML Doutor Fernando Medina, por respeitar a deliberação que impõe que o Município recorra a todos os meios judiciais que se revelem necessários à defesa dos seus interesses em matéria de gestão de redes de transportes públicos urbanos. -----

----- E acerca desta matéria, também dizer que quanto à Recomendação nº 4, hoje aqui apresentada pelo MPT, naturalmente ela merece o voto favorável do PS, mas acrescentaremos apenas que temos e teríamos certamente uma melhor qualidade do ar na cidade de Lisboa, se os transportes públicos fossem dirigidos pela CML. -----

----- Dizer ainda que relativamente a esta matéria e quanto às declarações do Deputado Municipal do PSD aqui há pouco, registamos com muito agrado que abriu a porta a que esta matéria voltasse a ser discutida, e portanto, colocasse a questão se haverá também aqui uma mudança de posição do PSD, porque aquilo que aqui foi dito contraria nitidamente aquilo que é a posição do Governo. E por isso, é importante perceber a posição efetiva que o partido defende. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados Municipais, o respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos que vamos vendo infelizmente postos em causa, os mesmos que através da revolução nos abriram caminhos de liberdade como dizia e bem, então Sá Carneiro, tem sido um verdadeiro desrespeito, um desrespeito pelo poder local democrático, pelas autarquias e pelos seus direitos. -----

----- A juntar aos transportes, o desrespeito continua quando o tema é a água. A reestruturação do sector, como já por diversas vezes foi nesta Assembleia Municipal abordado, comporta algo de inexplicável. -----

----- A imposição de políticas autárquicas e de medidas de gestão, através da criação de legislação nacional, faz lembrar os tempos do anterior regime e afastasse em toda a linha do caminho da liberdade. -----

----- De igual modo, a privatização do Oceanário de Lisboa cujo processo avança a todo o vapor, aliás, como todos os processos de privatização, é outro exemplo de desrespeito ou talvez até do desnorte do caminho que seguimos. Privatizar o Oceanário, que em 2014 recebeu mais de um milhão de visitas e gerou mais de 1,5 milhões de euros, parece no mínimo estranho, mas como sabemos, não é caso único. Por vezes fica a dúvida, se é defeito ou feitio. -----

----- Urge questionar. -----

----- Podemos culpar quem não sabe, nem quer saber fazer diferente? -----

----- Podemos culpar quem acha convictamente que o caminho que vem sendo seguido, é de facto o melhor caminho? -----

----- Num prisma diametralmente oposto, uma outra maioria. Saudamos aqui o que ao contrário do que chegou a ser vaticinado como um recuo, veio a demonstrar ser um ato de maturidade, de compromisso e de acordo. Refiro-me ao fator de ponderação na fórmula de cálculo das compensações urbanísticas como incentivo à reabilitação

urbana, que também já aqui hoje foi citado. Trata-se de uma descriminação positiva em conformidade com os objetivos consagrados no PDM. Pretende-se uma intervenção integrada e pretende-se que fomente a reabilitação e a revitalização urbana da cidade.-----

----- A votação da proposta em reunião de Câmara, sem qualquer voto contra, é um claro sinal da maturidade, do compromisso, do diálogo, e de como dizia Sá Carneiro, de respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos. Se bem que alguns gostam de apregoar que não há grandes diferenças, esta é sem dúvida muito grande. ---

----- Quanto às questões colocadas, podemos culpar quem não sabe, nem quer saber fazer diferente? Podemos culpar quem acha, convictamente, que o caminho que vem sendo seguido é de facto o melhor caminho?-----

----- Estou certo de que quando nos for aberto o caminho da liberdade, a resposta será inequívoca.-----

----- Podemos escolher mudar e estou certo que o faremos.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se há pedidos de perguntas ao Senhor Deputado Municipal Manuel Lages?-----

----- Há uma pergunta do PSD.-----

----- E há pedido também do Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Municipal Manuel Lages também me congratulo com a sua referência e insistente referência a uma, talvez a personalidade mais importante do Século XX, Francisco Sá Carneiro. De facto é uma memória que a nós nos agrada e vindo de si, vindo de um militante do PS, é um reconhecimento de facto, da grande força, da grande capacidade e da grande influência que teve Sá Carneiro na democracia Portuguesa. Como outros também tiveram, mas Sá Carneiro foi de facto um marco importante na evolução do sentido democrático deste País.-----

----- Relativamente às questões que levantou, nomeadamente em relação aos transportes, eu não me escuso da discussão, como há bocado disse, sobre os transportes. Acho que a discussão sobre o...confesso que a discussão sobre o Oceanário me parece um bocadinho fora de sentido, mas dentro da discussão dos transportes aquilo que é fundamental, na minha opinião, é de facto, que a Câmara tenha um papel muito ativo naquilo que é a fiscalização e a definição das regras que os transportes públicos em Lisboa devem ter. Esse papel é que a Câmara nunca deve abdicar. Não deve abdicar em relação às tarifas, em relação às carreiras, em relação às condições do material circulante, em relação áquilo que de facto define a qualidade dos transportes, a Câmara tem que ter obrigatoriamente um papel ativo nisso.-----

----- Se é público ou privado, para mim sinceramente não me faz uma grande diferença nem qualquer tipo de comichão, o que eu penso é que deve haver uma fiscalização e uma tutela efetiva e eficaz daquilo que são os serviços prestados por qualquer operador na cidade de Lisboa, seja em relação aos transportes, seja em

relação à água, seja ao fornecimento de água, seja em relação às telecomunicações, seja em relação à cidade.-----

----- Isso é que é importante e esse papel a Câmara não deve abdicar dele, e nós estamos consigo se for essa a sua intenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para questionar o Senhor Deputado Municipal Manuel Lages, que evocou mais liberdade para mais direitos sociais, que eu concordo, gostaria de saber, gostaria que me respondesse em que é que a concessão de transportes pode retirar liberdade ou pode retirar direitos sociais na medida em que o Governo, paralelamente a este processo transferiu as competências, os poderes, as atribuições das autoridades metropolitanas de transportes para os municípios. E os municípios, aliás, como também foi referido pelo meu colega que me antecedeu, vão ser exercidos pelos municípios os poderes de regulação, os poderes de fiscalização, os poderes normativos, que são esses é que cabem, apenas a gestão será mais eficiente se for um concessionário do que se for a Câmara, que não tem nenhuma experiência aliás, como aqui já foi referido pelo próprio anterior Presidente da Câmara. -----

----- Portanto, a minha pergunta era. Em que é que há restrições de liberdade e em que é que há menos direitos sociais, quando um prestador mais eficiente vai contribuir para um maior e melhor serviço público, competindo os poderes das antigas autoridades metropolitanas de transportes aos próprios municípios?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Está a correr muito bem a sessão, esta troca de cumprimentos e de referências históricas entre o PS e o PSD.-----

----- Apreciamos a intervenção política do Senhor Deputado Municipal Manuel Lages, apreciamos sobretudo a referência ao 25 de Abril, achámos até que iria fazer uma referência a essa grande conquista do 25 de Abril que é a liberdade de imprensa e de não haver necessidade de controlo prévio sobre a programação de campanhas eleitorais. Não a fez, não tem mal nenhum, deixamos nós o registo. -----

----- No entanto queríamos saudar a saudação do Senhor Deputado Municipal ao Executivo, relativamente à providência cautelar e saudar a alteração de posição do PS, que no dia 9 de Dezembro do ano passado votou contra Recomendação nº 8 do BE, que se referia exatamente no seu ponto 6 à recomendação à Câmara para que tomasse todas as medidas para defender o transporte público de Lisboa, incluindo a interposição de medidas judiciais, aliás, a redação é ‘e se necessário o recurso aos meios judiciais que forem necessários para parar este processo.’. E portanto, saudamos o PS por esta sua posição, porque achamos que a defesa do transporte público em Lisboa tem de ser feita por todos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lages (PS)** em resposta fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles relativamente a esta matéria e à questão que colocou aqui, dizer-lhe que como sabe e já lhe foi mais do que uma vez

aqui explicado pelo Senhor Presidente da Câmara, na altura em que o BE apresentou essa recomendação e esse documento, havia negociações em curso com o Governo. E portanto, esta matéria já lhe foi explicada por demasiadas vezes, e portanto, eu não vou naturalmente estar aqui a dar-lhe uma resposta que o Senhor já tem, já sabe, já conhece, e portanto, habitualmente faz este tipo de números, e portanto, acho que esta resposta chega para aquilo que aqui colocou.-----

----- Relativamente àquilo que o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves do PSD aqui veio dizer. De facto, aquilo que nos é dito por Sá Carneiro são ensinamentos, mas oh Senhor Deputado Municipal, eu acho que se são ensinamentos e se são assim tão importantes para si, acho que o Senhor e o seu partido os deviam seguir mais, porque aquilo que os senhores fazem, de facto, envergonha e envergonharia hoje Sá Carneiro, portanto, como diria Frei Tomás ‘Faz como ele diz, não faças como ele faz’. -----

----- Oh Senhor Deputado Municipal, nós ficámos a saber pela segunda vez hoje pela sua boca, que o equipamento mais utilizado, mais visitado na cidade de Lisboa, não tem qualquer relevância para o PSD. Portanto, é com alguma preocupação que nós ficamos a saber, que não há nenhuma preocupação e que não tem qualquer relevância para o PSD. -----

----- E Senhor Deputado Municipal eu devo-lhe dizer que há aqui uma questão de fundo de diferença, de facto, entre nós. É que em termos de privatizações, a Câmara não está cá para fiscalizar, esta matéria não é uma questão de fiscalização, nós estamos a falar de que o nosso entendimento é de que a Câmara não deve abdicar da gestão da rede de transportes públicos da cidade. E essa é a questão, é não abdicar da gestão da rede de transportes, não é da fiscalização, não é de fiscalização que se trata, o que está aqui em causa é efetivamente a gestão da rede. -----

----- E Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, relativamente à questão e à questão que colocou, é importante esclarecer Senhor Deputado Municipal que o que está aqui em causa... De facto, há essa transferência de que fala, mas como sabe, porque pertence a um dos partidos que ainda está no Governo, os senhores transferem as competências, mas os senhores também fazem uma subconcessão, que na cidade de Lisboa fazem uma subconcessão por oito anos, o que significa que as transferências que refere que vêm para os municípios, no caso da cidade de Lisboa, só chegarão daqui a oito anos. -----

----- Portanto, Senhor Deputado Municipal os direitos sociais estão muito postos em causa com a privatização da Carris e do Metro, porque com a subconcessão que este Governo está a fazer, aquilo que acontece é que as competências da CML e do Município só serão exercidos daqui a oito anos quando essas subconcessões acabarem. -----

----- Aquilo que nós esperamos, naturalmente, é que a providência cautelar que foi interposta pelo Município tenha vencimento e que seja anulada essa subconcessão.” ---

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos entrar na declaração política do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Moção que aqui apresento prende-se com o próximo dia 1 de Maio e romper com a política de direita, que é isto que hoje, considerando que durante os últimos trinta e oito anos foram executadas políticas de direita que submeteram Portugal aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. -----

----- A privatização dos sectores estratégicos da economia Portuguesa e a destruição da capacidade produtiva nacional, pretendem perpetuar a dependência do País e comprometem a soberania nacional. Ainda agora acabámos de ouvir exemplos disso. --

----- A exploração dos trabalhadores Portugueses e dos que cá vivem e trabalham tem sido paulatina e sistematicamente intensificada, tendo como consequências o empobrecimento do povo. -----

----- A implementação persistente de medidas inconstitucionais orientadas para a eliminação dos direitos dos trabalhadores, como o direito integral ao salário e aposentação, orientadas para o desmantelamento, encerramento e privatização das funções sociais do Estado e dos serviços públicos. -----

----- O aprofundamento da integração capitalista na União Europeia, com a aplicação dos designados PEC’s e do programa de agressão assente no memorando das troikas, acentuou o declínio económico e social de Portugal.-----

----- No que respeita à dívida pública, Portugal em consequência destas políticas, é presentemente o quarto País mais endividado do Mundo. -----

----- Nos últimos três anos foram roubados aos salários dos trabalhadores Portugueses 17 mil milhões de euros, em grande parte transferidos para os bancos e para os grandes grupos económicos. Nos últimos três anos forma também roubados 5 mil milhões de euros aos reformados e aposentados Portugueses. -----

----- A redução do valor pago pelo trabalho extraordinário, o roubo de dias de férias, de feriados, o aumento dos horários de trabalho, constituem também ataques violentos aos direitos dos trabalhadores Portugueses e representam um forte agravamento da exploração do trabalho. -----

----- O aumento brutal do desemprego é em si mesmo a negação constitucional do direito ao trabalho, agravado pela humilhação do não pagamento de quaisquer prestações sociais a uma grande maioria de cidadãos nessas circunstâncias. -----

----- O aumento continuado do desemprego jovem, ultrapassando hoje mais de 40%, forçando a juventude portuguesa à emigração. -----

----- O Governo PSD/CDS-PP persiste na perspectiva da competitividade através do baixo custo do valor do trabalho e quer retomar a implementação da redução da TSU, que conduzirá ainda a maior desemprego no País, à redução ainda maior do consumo, com o agravamento previsível da taxa intermédia do IVA para mais de 15% em consequência de mais essa medida política a favor do patronato português. -----

----- O Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião plenária de hoje, 28 de Abril de 2015, delibere manifestar-se a favor:-----

----- Do trabalho com direitos e da protecção no desemprego para todos os desempregados; -----

----- Do aumento geral dos salários e da atualização imediata do salário mínimo nacional para valores que tenham em consideração a satisfação das necessidades das

pessoas e a perda do nível de vida verificado, bem como os acordos estabelecidos em sede de concertação social;-----
 ----- Da reposição dos salários e pensões, bem como dos dias de férias e feriados que foram retirados; -----
 ----- Da luta contra a redução da TSU e o aumento da taxa intermédia do IVA; -----
 ----- Da redução da carga fiscal sobre os trabalhadores e pensionistas e uma mais justa repartição dessa carga fiscal, aumentando a tributação do capital; -----
 ----- Das trinta e cinco horas de trabalho semanal para todos os sectores, sem qualquer redução salarial; -----
 ----- Do fim dos bloqueios à negociação coletiva, nomeadamente no que concerne aos ACEEP's, e da publicação das portarias de extensão;-----
 ----- Da revogação de todas as normas anti-laborais que foram introduzidas na legislação dos sectores privado, público e empresarial do Estado; -----
 ----- Da revogação da lei da “requalificação” que visa os despedimentos sem justa causa; -----
 ----- Do aumento das pensões de reforma e da melhoria dos apoios sociais às famílias; -----
 ----- Da defesa e da promoção do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito; da Escola Pública de qualidade e inclusiva; da Segurança Social pública, universal e solidária, como obrigação constitucional do Estado Português. -----
 ----- Por último, remeter a presente Moção para: -----
 ----- O Senhor Presidente da República;-----
 ----- Presidente da Assembleia da República; -----
 ----- Grupos Parlamentares; -----
 ----- Primeiro-ministro; -----
 ----- CGTP-IN; -----
 ----- UGT; -----
 ----- Associação 25 de Abril; -----
 ----- Associação Conquistas da Revolução.”-----
 ----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “Há um Senhor Deputado Municipal inscrito para lhe fazer perguntas.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS)** fez a seguinte intervenção:-----
 ----- “O PS como o PCP e os demais sabem é um partido amigo dos trabalhadores, e sabem-no os Portugueses e sabe concretamente também o PCP. -----
 ----- Embora o PS se reveja em algumas das considerações da Moção, naquelas em que justamente existe uma clara honestidade na análise do estado do País e dos direitos dos trabalhadores, que vêm sendo subtraídos vergonhosamente nestes últimos três anos. Mas o PS não pode votar favoravelmente esta Moção, porque esta é injusta, aliás diga-se, muito injusta, porque em várias das suas considerações é ferida a verdade e a história quando nomeadamente se refere a trinta e oito anos de execução de políticas de direita, não é justo, contraria a história e não fica bem sequer ao PCP colocar o PS numa análise de políticas de direita. -----

----- Não é verdade, como vossas excelências sabem e sabem-no perfeitamente, embora queiram afirmar o contrário, prestando com um isso um tributo à direita e é a direita que nós temos que combater, e prestando esse tributo à direita o PCP não contribui para melhorar a qualidade e as condições dos trabalhadores Portugueses. -----

----- Portanto, gostaria de deixar uma questão ao Grupo Municipal do PCP. -----

----- Se não acha que a presente Moção que apresentam, nalgumas daquelas que são as suas considerações, não deveria ser mais realista com aquela que é a história, com aquela que é a verdade e com aqueles que têm sido, não os trinta e oito, mas os quarenta e um anos de história da democracia em Portugal?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira Lemos (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas uma pergunta muito singela e muito simples à Senhora Deputada Municipal Deolinda machado. -----

----- Entende que aquilo a que chama de rompimento com a política de direita se faz nas ruas ou se faz na altura própria no ato eleitoral? -----

----- É tudo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço aos dois, ao Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira e ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, as questões que colocaram. -----

----- Dizer que relativamente ao Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira, quanto aos considerandos. Ser realista é aquilo que nós vivemos e a realidade mostrou-nos ainda hoje aquilo que nós não gostaríamos de ver seguramente, que são as questões da habitação que não estão resolvidas, são as questões do salário, o salário em atraso, aquilo que já aqui foi trazido hoje, estas são as políticas que aqui nos trouxeram, a falta do trabalho digno, aquilo que eu aqui também coloquei. -----

----- E dizer que estes são...a política de direita tem marcado, de facto, a trajetória deste País, por exemplo, através agora do Tratado Orçamental. É o que temos para a frente, mais do que falar para trás, falarmos para a frente, ora, se nós continuarmos a marcar o ritmo do Tratado Orçamental, vamos continuar a ter este ritmo de políticas e a termos baixos salários, a termos alto desemprego, a termos transferência de verbas dos nossos bolsos, dos pensionistas, dos trabalhadores para o grande capital, para os bancos, esse tem sido o caminho. E portanto, essa é a política de direita que nós rejeitamos e que queremos ver alterada. -----

----- No concerne aos quarenta e um anos, dizer que de facto foi na altura da instituição do salário mínimo nacional, se nós continuássemos a trajetória até hoje, seguramente que o salario mínimo nacional não seriam os 505 euros, mas já estaria bem perto dos 700, à volta disso. Ora, nos pugnámos então que de facto os 540 euros já deviam estar implementados, os 600 euros deverão estar no dia 1 de Janeiro de 2016, para que consigamos ter alguma continuidade, digamos assim, nas políticas que são de um mínimo de justiça para o povo Português, para quem trabalha. -----

----- Nós queremos a maior igualdade entre todos e nós sabemos que o nosso País, para além da dívida e do montante em que ela se encontra, é também o País da União

Europeia com o agravamento de desigualdades mais incrível e que não é possível aceitar-se. Portanto, nós temos que institucionalizar inclusivamente é o facto, quer politicamente, quer socialmente, o facto de as desigualdades serem aceites como algo de normal. Não pode ser. Eu não posso sentir-me bem, estar aqui sentada, estar numa casa com condições mínimas e ver alguém que de facto não tem onde cuidar dos filhos. -----

----- Vimos esta tarde uma pessoa do público trazer, num quarto viverem pais e filhos. Um País que diz que quer maior natalidade e que precisa de facto dela, é assim que cuida das crianças? Quando não as trata, quando as crianças passam fome, quando não têm educação, não têm saúde, portanto, está é a política de direita que nós rejeitamos. -

----- Portanto, sem querer particularizar mais e sem querer alongar, dizer que de facto estas desigualdades levam a que os ricos estejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, e esta desigualdade de facto acentua-se e não queremos isso. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, queria dizer-lhe que não é só de quatro em quatro anos, eu sou cidadã todos os dias. Nós temos que nos manifestar diariamente, na rua, aqui neste Plenário, nas manifestações sejam elas quais forem, nas empresas, nos locais de trabalho, naturalmente de forma pacífica mas ativa, enérgica, para que de facto todos tenhamos direitos iguais e de facto os direitos humanos se efetivem cada vez mais no nosso País, que é eu acho que é isso que todos queremos.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou a declaração política do Grupo Municipal do PCP, vamos passar agora à declaração política do Grupo Municipal do PNPN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa por vir aqui trazer a esta tribuna um tema que já foi de algum modo falado, mas hoje vou fazê-lo aqui de uma forma mais desenvolvida, e quando digo falado, hoje aqui por alguns Grupos Municipais. E é assim, faço-o porque entendo que, e digo desde já, que é um tema que diz respeito à cidade de Lisboa e a esta Assembleia Municipal, que já sobre ele se manifestou e aprovando inclusivamente uma moção sobre esse assunto. Refiro-me obviamente ao Oceanário de Lisboa. -----

----- Foi tornada pública nos últimos dias a abertura do concurso para a exploração do Oceanário. -----

----- Porquê agora, quando faltam poucos meses para o fim da legislatura e consequentemente do mandato atual deste Governo? Qual é a pressa? -----

----- Vamos aos factos. O Oceanário é o equipamento cultural mais visitado do País, é considerado o melhor oceanário da Europa e um dos melhores do Mundo. Em 2014 teve um lucro de mais de 1 milhão e meio de euros, sendo certo que este número tem uma tendência para crescer proporcionalmente com a previsão também do aumento do turismo na cidade de Lisboa. -----

----- O Oceanário faz parte de uma geração que cresceu em Portugal, num Portugal moderno onde a educação, o conhecimento e a ciência, são valores inalienáveis. Nada

do que aqui foi dito cabe numa folha de Excel, mas tudo o que aqui foi dito e é dito, representa o País que queremos ser.-----

----- A Junta de Freguesia do Parque das Nações manifestou desde o primeiro minuto a sua oposição veemente à posição do Governo, lançámos um abaixo-assinado que conta com mais de dois mil apoiantes, bastante mais, propusemos e foram aprovadas moções sobre o assunto, nomeadamente, nesta Assembleia Municipal, desenvolvemos várias diligências junto dos órgãos do Estado competentes, nomeadamente o Ministério do Ambiente, Governo consequentemente e Assembleia da República. Mantivemos uma postura proactiva na procura de uma solução com parceiros nacionais, envolvendo nomeadamente o Turismo de Lisboa, a CML, as universidades e também a própria Junta de Freguesia. -----

----- A postura do Governo foi de não querer ler, não querer ouvir e ignorar todos os apelos e tentativas de solução, passar por cima dos representantes autárquicos legitimamente eleitos. -----

----- Porquê agora? Qual é a pressa? -----

----- O encaixe da dívida da Expo é um problema relacionado, em nosso entender, com a forma, que consideramos algo precipitada, como foi decidida a extinção da empresa sem preparar ou medir as consequências da mesma, o que só por si se pode considerar de pouco responsável, mas irresponsabilidade maior é resolver um problema alienando património nacional. -----

----- O que está em causa é uma passagem da gestão do Oceanário, diretamente para mãos privadas e provavelmente internacionais. -----

----- Estará o Governo a pensar anunciar esta alienação do Oceanário durante a reunião ministerial da semana azul, que se realiza em Portugal em 5 de Junho, quando diz que o processo vai ficar encerrado até esse mês?-----

----- É essa a força e liderança da estratégia do mar que se pretende fazer passar? -----

----- Mais uma vez questiono, porquê agora? Qual é a pressa? -----

----- Não nos conformamos, nem enquanto junta de freguesia, nem como Portugueses. Deixo aqui um apelo a todos os representantes políticos desta Assembleia Municipal, para que numa união de forças com o objetivo maior de manter o Oceanário na esfera pública ao serviço da investigação e do conhecimento.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se algum Senhor Deputado Municipal quer reagir à intervenção do Senhor Deputado Municipal José Moreno? -----

----- Não vejo sinais de intervenção, portanto, termina aqui a declaração política do PNPJ.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “O CDS-PP apresenta hoje nas declarações políticas um tema que tem merecido a nossa atenção nos últimos tempos, a política cultural na cidade de Lisboa e a gestão dada a oferta disponível dos equipamentos existentes e a consolidar, numa tónica de reflexão coletiva da Assembleia Municipal. -----

----- Temos alertado a Câmara e a Assembleia Municipal através de recomendações e perguntas ao Executivo para a política definida, nomeadamente, para alguns equipamentos municipais e as consequências para os utilizadores e para os munícipes, falo por exemplo da Hemeroteca. -----

----- Em Outubro do ano passado chamámos a atenção para o facto de Lisboa estar sem os serviços normais da Hemeroteca. Durante um ano e meio não se puderam consultar os 22 mil títulos de um acervo nuclear para o estudo e conhecimento e que bastante transtorno tem causado a docentes e alunos, como vem relatado na comunicação social. -----

----- Em Maio próximo a Hemeroteca vai reabrir provisoriamente em Telheiras, quando se falou tantas vezes no Complexo Desportivo da Lapa e quando a rede estratégica de bibliotecas para o Século XXI do Município, prevê a mesma num futuro não muito longínquo na Alta de Lisboa. -----

----- Relembro também o nosso apoio à vontade de muitos munícipes e investigadores em manter o Museu da Música em Lisboa, embora noutras instalações mais condígnas e que permitam a sua expansão expositiva, posição essa já assumida neste Plenário e que aguarda resposta do Pelouro da Cultura sobre as diligências efetuadas junto da Secretaria de Estado da Cultura. Ou por exemplo, a melhoria de condições de trabalho no Arquivo Municipal da Cidade, instalado no Bairro Novo da Liberdade. -----

----- Hoje apresentamos a situação relativa à Bedeteca de Lisboa, fundada em 1996 pelo então Presidente João Soares e instalada no Palácio do Contador Mor nos Olivais. Lisboa e o País acompanharam o trabalho de década e meia de um fulgor inédito na promoção e divulgação da banda-desenhada, da ilustração e do *cartoon*, e do seu uso como ferramenta pedagógica. Para os mais antigos, certamente ficaram as memórias do Salão de Lisboa de Ilustração e Banda-Desenhada decorrido durante seis anos consecutivos e o apoio a várias mostras culturais, como a Feira Laica e outras. ----

----- Atualmente, aos apreciadores de banda-desenhada resta-lhes como referência o Concelho da Amadora e o seu festival internacional, um acontecimento impar no panorama pedéfilo nacional, a que se junta num nível menor de projeção o Festival de Banda-Desenhada de Beja. -----

----- Em suma, a Bedeteca não se reduzia a uma estrutura dedicada à preservação documental, bem pelo contrário. Era notório o empenho do Município e dos seus Diretores, o João Paulo Cotrim e posteriormente Rosa Barreto, no impulsionamento de novos valores da banda-desenhada contemporânea e no apoio à edição de novos autores. Em 2010, o Executivo Camarário liderado pelo então Senhor Presidente António Costa, decide reestruturar a Bedeteca integrando-a na Biblioteca Municipal dos Olivais, o que levou ao espanto de muitos dos seus utilizadores e do próprio ex-diretor, que salientou a perda da componente de preservação da memória e estímulo à produção. -----

----- Destino igual teve, embora noutra espectro e importância de espólio, a Fonoteca Municipal, transferida para a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, também sobre gestão do Município. -----

----- Entretanto e relembro, foi aprovada a rede estratégica para as Bibliotecas para o Século XXI de Lisboa. -----

----- Em 2015 a situação mantém-se, tornando o meio cultural mais pobre. -----

----- O que pretendemos hoje com a apresentação desta recomendação é algo muito simples, que seja dada a devida atenção, valor e exposição mediática e de preservação à Bedeteca de Lisboa. -----

----- E como? -----

----- Propondo a todos nós os seguintes pontos para reflexão: -----

----- A possibilidade de a Bedeteca deixe de ser simplesmente um acervo de obras. Que se restitua a Lisboa e ao País, a dinâmica, a programação e os incentivos a um género literário e artístico, que para muitos foi e é o primeiro passo para leitura; -----

----- Que a Bedeteca volte a ser um espaço de criação e reflexão em torno da banda desenhada, da ilustração e do *cartoon*; -----

----- Que seja preparado um plano de valorização e divulgação do seu espólio. -----

----- O CDS-PP também não pode deixar de salientar que estruturas e equipamentos culturais como os últimos referidos, só adquirem sentido na perspectiva de uma política global se usufruírem de espaços próprios. É por isso que hoje solicitamos à Assembleia Municipal que tome posição sobre a Bedeteca, para que esta ganhe destaque, importância e relevância, voltando a tornar-se num espaço de referência cultural de Lisboa e de Portugal. -----

----- Em suma, solicita-se uma política integrada de gestão dos vários espólios à responsabilidade do Município. -----

----- Há vários dados em cima da Mesa neste momento, pelo que importa discutir e refletir juntamente entre a Câmara, a Assembleia Municipal e a junta de freguesia, as várias juntas de freguesia. Por exemplo, se avaliarmos a questão dos equipamentos, nós temos equipamentos que são iguais do seu ponto de vista patrimonial e na importância do seu acervo e espólio, mas uns estão afetos a bibliotecas, como é o caso da Fonoteca e da Bedeteca, e outros têm espaços próprios e bem, a não se ver é o caso da Videoteca, do Arquivo Municipal, da Hemeroteca e da Galeria de Arte Urbana. -----

----- Portanto, para nós hoje, mais do que tudo, importa que a Assembleia Municipal avalie esta situação, pelo que proponho o seguinte e propondo já à Mesa uma alteração na parte deliberativa da recomendação apresentada pelo CDS-PP. Nós gostaríamos de manter o último ponto, em que a Assembleia Municipal de Lisboa delibera mandar a 7ª Comissão Permanente para acompanhar este assunto, deixando cair em certa parte os quatro pontos da recomendação à Câmara e que essa reflexão e esse debate sejam feitos no âmbito da comissão, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, ouvindo em audições a Câmara Municipal. No caso da Bedeteca a Junta de Freguesia dos Olivais e envolvendo toda a Assembleia Municipal, para que a própria Comissão Permanente de Educação e Cultura, a 7ª Comissão Permanente, se possa debruçar e apresentar recomendações ao Executivo. Portanto, mais do que mandar esta matéria para a Câmara Municipal, sermos nós próprios, já provámos por muitas vezes nesta casa e principalmente neste mandato, que há massa crítica nesta casa e que se conseguem congregar esforços e vontades, portanto, vamos ser nós mais

uma vez a fazer esse trabalho, e portanto, propunha à Senhora Presidente que este assunto fosse tratado no âmbito da 7ª Comissão.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, se eu bem entendi Senhor Deputado Municipal, os pontos 1, 2, 3 e 4 não seriam votados e seria votado apenas a recomendação final de mandar a 7ª Comissão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quatro pontos para reflexão da comissão.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É isso, muito bem. -----

----- Pergunto se alguém quer fazer perguntas ao Senhor Deputado Municipal Diogo Moura? Não vejo pedidos de palavra e terminou então a intervenção da declaração política do CDS-PP e vamos passar à declaração política do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O MPT sempre manifestou um profundo interesse pela temática do meio-ambiente, pelo que para esta sessão dedicada a declarações políticas, vamos abordar o problema da poluição do ar na cidade de Lisboa que tanto afeta a saúde a quem nela habita. -----

----- Segundo o relatório da Agência Europeia do Ambiente, de Novembro de 2014, estima-se que em Portugal tenham ocorrido 6 mil mortes prematuras derivadas da exposição a elevadas concentrações de poluentes, nomeadamente partículas finas e Ozono. -----

----- O Decreto-lei nº 102/2010 de 23 de Setembro que transpõe a Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio, veio introduzir a necessidade de se identificar as zonas e aglomerações onde os níveis de poluentes são superiores ao valor limite. -----

----- Para estes locais devem ser elaborados planos de melhoria da qualidade do ar, PPA, e adotadas medidas que permitam o cumprimento do prazo fixado dos valores limites excedidos. -----

----- Embora em Lisboa se tenha elaborado um PPA e estabelecido um protocolo e a Câmara Municipal e a CCDA de forma a implementar um conjunto de medidas que permitam minimizar os níveis de poluição, esta continua a ser considerada uma das cidades europeias menos dedicada em melhorar a sua qualidade do ar, conforme o ranking Sootfreecities, divulgado em 31 de março de 2015 em Bruxelas. A lista divulgada teve em consideração, para além das nove categorias de critérios relacionados com os transportes onde se inclui a promoção dos modos suaves, andar a pé de bicicleta, a gestão do tráfego urbano, a renovação das frotas públicas pela introdução de veículos mais limpos e eficientes, incentivos económicos para reduzir a poluição, por exemplo sistemas de portagens urbanas e tarifas sobre o estacionamento, o progresso das cidades europeias na redução das suas emissões poluentes, oriundas do tráfego rodoviário. -----

----- Das vinte e três cidades europeias inquiridas, Lisboa, que integra pela primeira vez esta lista, alcançou o penúltimo lugar com valores de poluição superiores aos permitidos pela União Europeia, embora com tendência para a sua diminuição. -----

----- Estes dados são o indicador de que a Câmara Municipal, uma das entidades responsáveis por fazer cumprir muitas das medidas, não está a cumprir na totalidade as suas responsabilidades. -----

----- O MPT não fica surpreso com a posição ocupada por Lisboa no ranking, que apesar das evoluções positivas verificadas nos últimos anos, nota-se ainda que existe muito para fazer, designadamente no âmbito das competências da CML. A aplicação de medidas, entre as quais a criação e a implementação de zonas de emissão reduzida, as ZER, que proíbe a circulação de veículos automóveis anteriores a 1996 e 2000 no centro da cidade veio reduzir o tráfico rodoviário, contudo, as organizações europeias consideraram que a introdução da fase um e dois das ZER fracassaram por terem, e cito, ‘critérios muito brandos e praticamente sem aplicação’, quando comparado com outras cidades europeias. Ao contrário da terceira fase que está a evoluir positivamente, apesar das muitas exceções, da dilatação dos prazos para os táxis e da deficiente fiscalização. -----

----- Em relação aos táxis e apesar destes veículos apenas representarem 18% da circulação automóvel, constituem 32% da poluição, visto que usufruem de um regime especial até Julho de 2017, não tendo que respeitar as restantes ZER como os restantes veículos. É lamentável que os profissionais do setor ainda não tenham renovado as suas frotas, pelo que seria importante que a Câmara encontrasse soluções para um incentivo de aquisição de equipamento. -----

----- Relativamente à fiscalização ainda há um longo caminho a percorrer, uma vez que apenas se continuam a levantar autos de contraordenação, muitos deles decorrentes de operações stop. Urge a necessidade de se implementar um rigoroso controlo automático de matrículas, por forma a tornar a fiscalização adequada. -----

----- A Câmara Municipal tem optado por fomentar parques de estacionamento em coroas centrais da cidade com o objetivo de resolver os problemas de estacionamento dos residentes, mas ao mesmo tempo aumenta a oferta de estacionamento no interior da cidade. -----

----- Por outro lado, no nosso entender não se tem verificado uma aposta no estacionamento próximo dos meios de transporte público de forma a permitir um rápido acesso ao centro da cidade. -----

----- A EMEL possui parques de estacionamento com tarifa diária a preços entre 2 e 3 euros com oferta significativa de estacionamento na proximidade de transportes públicos, constituindo assim um bom elemento dissuasor da circulação de veículos no interior da cidade. -----

----- A nível europeu existe um conjunto de boas práticas que podem ser equacionadas pelo Município como forma de melhorar a qualidade do ar na cidade. A título de exemplo a cidade de Madrid está a implementar parquímetros inteligentes, que automaticamente cobram tarifas mais elevadas às viaturas mais poluentes e menos às viaturas mais ecológicas. -----

----- De salientar que no ranking supramencionado a Câmara Municipal não tem informação disponível ao público sobre os níveis de poluição na cidade, e quando comparada com outras cidades europeias, apresenta uma elevada percentagem de uso de transporte individual e baixa utilização da bicicleta.-----

----- A cidade de Zurique surgiu em primeiro lugar devido ao forte compromisso assumido pelas várias autoridades locais em promover o uso do transporte público, reduzindo assim os níveis de poluição emitidos pelos mesmos ao qual acresce o facto da frota municipal ter obrigatoriamente de ser equipada com filtros de partículas poluentes, o que não se verifica em Lisboa. -----

----- Face ao exposto o MPT reitera que as medidas municipais para a promoção da bicicleta e transportes públicos revelam ainda uma expressão bastante limitada, pautando pela falta de ambição, exemplo disso é a renovação da frota municipal pela aquisição de veículos mais limpos e inteligentes. Para além destas medidas assiste-se também ao incumprimento de outras medidas incluídas no PPAR, como é o caso da execução dos corredores VAO+BUS+E, para a circulação de veículos com desempenho mais ecológicos que deveriam ter sido concretizados em 2010 e que levou a Quercus a interpor uma ação no Tribunal Administrativo de Lisboa. -----

----- Nesse sentido e no seguimento desta declaração política o MPT apresenta à Câmara Municipal, sobre forma de recomendação, um conjunto de boas práticas de forma a reduzir os níveis de poluição atmosférica.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se algum Senhor Deputado Municipal quer intervir?-----

----- O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Municipal eu queria colocar uma questão do considerando n.º 5 da recomendação e do ponto n.º 5 que é proposto. -----

----- Para dizer-lhe que o aumento da fiscalização sobre os veículos não é a questão fundamental, a questão fundamental é que a recomendação não coloca em primeiro lugar o serviço público de transportes e isso é que essencial, para realmente baixar o número de veículos ligeiros em Lisboa. -----

----- As administrações da Carris e do Metro têm tirado meios, linhas e horários de transportes sucessivamente, e aqui sim é que o Município deveria intervir e deve intervir. Mesmo na semana da Páscoa com tanta gente fora havia cartazes nos transportes públicos em que diziam que eram retiradas as linhas tal, e tal, e tal, uma data delas, os horários, etc., abusos das administrações a mando do Governo porque se trata de poupar dinheiro, portanto, é sobre isto que nós temos que nos debruçar.-----

----- Agora aparece um anúncio, por exemplo no Metro, numa destas noites fui surpreendido por esse anúncio, que diz assim, ‘Carris, Metro e Transtejo, juntos estamos mais próximo’, e depois olhei para a espera que eu tive que fazer do Metro e chegava quase aos onze minutos, anteriormente eram oito agora já passaram para onze À mesma hora, por voltas das oito e meia da noite. -----

----- E é a estas questões que nós temos que estar atentos. E esta entrega da Carris e do Metro aos operadores privados vai agravar muito, mas muito, a realidade na cidade de Lisboa e da Área Metropolitana, portanto, é sobre isso que nós temos que intervir e realmente recomendar à Câmara que faça aquilo que lhe cumpre que é bater-se pelos interesses das populações, de quem trabalha, de quem vive em Lisboa e nas áreas mais próximas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Em relação ao 5º ponto deliberativo da nossa recomendação, nós sentimos que há uma necessidade de aumentar a fiscalização dos veículos que entram nas zonas de emissões reduzidas, isto não falando da questão dos transportes públicos onde, como é óbvio, também há uma necessidade maior de haver uma maior articulação entre a Câmara e os operadores de transportes públicos, quer sejam eles privados, quer sejam públicos. -----

----- Não estou de acordo consigo de que o privado é necessariamente negativo, falo de minha experiência própria, onde e como é bem sabido eu morei durante vários anos em Torres Vedras e vinha todos os dias para Lisboa. Desde que a Barraqueira Oeste, que é uma entidade privada, opera ou tem a concessão dos transportes, eu tinha dois autocarros, duas carreiras por hora entre Torres Vedras e Lisboa o que para uma empresa privada, que supostamente gere pior os transportes acho muitíssimo bem. Portanto, acho que a questão não se prende com a entidade privada ou pública, mas sim, prende-se com uma grande articulação entre Câmara e a operadora de transportes.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou a declaração política do Grupo Municipal do MPT, vamos passar à declaração política do Grupo Municipal do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O assunto que trago hoje é um assunto que tem preocupado o PAN nos últimos tempos, porque achamos que o assunto das crianças e dos jovens em risco está-se a tornar um problema bastante grave, sempre o foi, mas está a adquirir foros de gravidade que se calhar não eram tão visíveis. -----

----- Desde as notícias recentes, sobre questões que têm a ver com violações de crianças que ficam grávidas e que são processos que se desenvolvem ao logo de anos, até à própria análise que nós temos feito para a cidade de Lisboa relativamente às comissões de proteção de crianças e jovens, algo nos diz que a questão das CPCJ’s e da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco terá que ser analisada a breve trecho. -----

----- Bem sabemos que isto é um assunto que não é exclusivo da nossa cidade, não é exclusivo de Portugal, não é exclusivo, no fundo, de qualquer grupo de pessoas é um problema global. Desde as crianças soldados em África até às recentes atividades do Estado Islâmico e de colocarem crianças a fazer as maiores sevícias e barbaridades, temos cada vez mais a utilização das crianças como instrumentos políticos de terror e

muitas vezes instrumentos para perseguirem outros fins, fins políticos, religiosos, etc.. Aquilo que nós achamos é que a interpretação que até hoje foi dada na nossa legislação sempre foi suficiente para cobrir esse tipo de utilizações abusivas das crianças e dos jovens, acho que entretanto foi pisado um risco neste caso muito recentemente, pela aprovação da legislação que tem a ver com a permissão da atividade tauromáquica aos jovens e crianças. -----

----- Acho que esta legislação, que tem a designação Proposta de Lei 209/XII/3ª do Governo, é absolutamente inaceitável, é uma legislação que não tem em conta aquilo que é a inspiração da legislação toda do nosso País. Quer a legislação do trabalho, quer a própria Constituição da República Portuguesa, sempre teve em conta aquilo que é próprio dos jovens, permitir que o seu desenvolvimento físico, psíquico, moral, intelectual e cultural possa evoluir de acordo com a sua própria idade, e aquilo que nós estamos a ver neste momento é que há uma tentativa de dessensitização da consciência dos jovens que serão os futuros Portugueses. -----

----- Colocar uma criança, aos seis anos, numa escola de toureio a fazer mal a animais que sentem dor, a animais sencientes, é uma barbaridade pra não dizer coisa pior. -----

----- É desta forma que fazemos que os nossos jovens possam ter comportamentos de consciência? Tornando-os insensíveis à dor alheia? -----

----- Achamos que embora muitos considerem que esta é uma questão menor, a questão da formação de consciência dos futuros Portugueses para nós é uma questão importante. E portanto, uma vez que temos tanta coisa para pensar relativamente às comissões de proteção de crianças e jovens, eu creio que não seria mau mantermos os valores que estão inscritos na Constituição da República e na lei do trabalho. -----

----- Há coisas que não devem ser permitidas às crianças, nem deve ser permitido que as crianças executem e neste caso em particular achamos que esta legislação é inaceitável. E quando vemos que a legislação tem ainda o despudor de meter ao barulho, chamemos-lhe assim, a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco pedindo-lhe um parecer sobre se a criança pode ou não fazer aquela atividade depois de todas as instituições internacionais, ONU, Unesco, comités de defesa da criança, Amnistia Internacional, já terem declarado que não é aconselhável as crianças exercerem tais atividades. -----

----- Eu peço-vos que do ponto de vista pessoal, uma vez que isto não terá neste momento uma moção, mas que ponderem sobre este assunto, ponderem sobre o caminho que estamos a dar à consciência dos nossos jovens.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se há Deputados Municipais para fazer perguntas ao Senhor Deputado Municipal Miguel Santos? -----

----- Não vejo pedidos de palavra, termina a declaração política do PAN. -----

----- E vamos agora para a penúltima declaração política que é a do BE.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O BE apresenta hoje aqui uma recomendação e uma moção. -----

----- A recomendação diz respeito às tarifas de saneamento e à forma como elas se repercutem no preço da água que está a assumir valores inoportáveis para muitas famílias em Lisboa, e por isso, propomos que sejam revistas as questões da tarifa social e uma política de tarifas ou de definição de tarifas de saneamento que penalize menos as famílias, até considerando a política do Governo relativamente a esta matéria e todas as questões que estão em causa quanto à organização do sector das águas e ao futuro das tarifas a cobrar aos cidadãos. -----

----- A nossa moção é mais uma vez sobre a questão dos transportes. Não é a primeira vez que o BE traz a questão dos transportes públicos à Assembleia Municipal, tal como fizemos noutros fóruns, e achamos que temos cada vez mais e melhores motivos para criticar, para denunciar e para reunir apoios contra uma política de terraplanagem que está a ser levada a cabo pelo Governo no sector dos transportes. É a política da terra queimada em que se desestrutura e se destrói toda a organização de um sector, deixando para quem vem depois o papel de recuperar os destroços, se é que ainda é possível recuperar os destroços dos sistemas de transportes públicos, e falamos desde a Refer, à CP, passando pelo Metro de Lisboa e pela Carris. -----

----- E isto acontece sem qualquer respeito ou capacidade de escrutínio por parte dos cidadãos, por parte dos partidos políticos e por parte das autarquias. Não é a primeira vez já aconteceu assim no passado, quando a CML estava a negociar com o Senhor Secretário de Estado a concessão dos transportes os partidos políticos também não tiveram nenhum acesso a nenhum tipo de informação sobre as negociações, e pelos vistos esta má prática prolonga-se pelo tempo e nós não temos acesso a informação sobre aquilo que se passa. -----

----- Acontece também para além da falta de informação, debaixo de uma brutal chantagem contra os trabalhadores do Metro e da Carris, que querem defender o seu direito ao trabalho e querem defender o seu dever de proteger a empresa onde trabalham. E o Governo faz esta chantagem culpando a greve dos trabalhadores pelos problemas financeiros das empresas, culpando a qualidade dos trabalhadores pela falta de qualidade do Metro, quando a falta de qualidade do Metro existe por causa das deficiências de investimento, das deficiências de manutenção de material circulante, das deficiências de aposta no sector público de transportes. -----

----- Esta política hipócrita do Governo de culpabilização dos trabalhadores é uma política que promove o conflito social, que é o conflito social do pior tipo, é o conflito social que joga trabalhadores contra trabalhadores, que joga utentes contra trabalhadores, que nos faz sempre olhar para o lado sem nunca olhar para cima e o que está em cima é uma política de privatização e de concessão, que vai beneficiar alguns grupos privados em detrimento do interesse público, dos trabalhadores e dos utentes. E por isso, queremos aqui condenar esta política que gera conflito social, esta política de hipocrisia que culpa os trabalhadores por culpas que estão acima, a montante, no próprio investimento nos serviços de transportes. -----

----- E queremos também alertar para aquilo que está em causa no caderno de encargos da concessão do Metro e da Carris, porque não há neste momento nenhuma prova que seja mais barato conceder o serviço a um operador privado do que mantê-lo

num operador público, vai-se retirar manutenção do material circulante da Metro e entregá-lo a um operador privado, tirando, portanto, do Metro e das suas oficinas a capacidade técnica e autonomia para poder lidar com este material e colocando o monopólio desta atividade num qualquer operador privado. -----

----- Vai-se limitar as penalizações a estas empresas a 3,5%, ou seja, a empresa pode prestar um serviço tão mau quanto quiser que o seu prejuízo é sempre limitado porque o contrato assim o define.-----

----- E para além disto, não há nenhuma garantias de investimento público na rede, no serviço, no serviço público e no investimento no material circulante. -----

----- Não há ainda garantias para os 1430 efetivos que são cedidos à subconcessionária, sem falarmos de qual vai ser a situação dos trabalhadores que neste momento são do Metro ou da Carris, mas que vão passar a ser daquela entidade estratosférica chamada Transportes de Lisboa, que não tem propriamente uma existência jurídica e é uma marca escrita num *site*, para onde os trabalhadores vão ser transferidos correndo o risco de serem forçados a uma mobilidade com a qual não concordaram, porque o seu vínculo é à Metro, é à Carris, o seu vínculo não é à Transtejo ou qualquer outra empresa de transportes que está integrada dentro desta marca Transportes de Lisboa. -----

----- E por este motivo, porque achamos que o que está em causa é o interesse dos utentes mas também é uma política de chantagem inaceitável, relativamente aos trabalhadores. Em nome, em nome de interesses que não estão claros e em nome de um processo que não é nem sequer pode ser escrutinado, porque nós não o conhecemos, porque o caderno de encargos não é aberto a toda a gente. Vimos aqui apelar à solidariedade da Assembleia Municipal para com os trabalhadores do Metro e da Carris, denunciar a estratégia do Governo e dizer claramente que este é o momento de união em torno de uma política de destruição do transporte público, de criação de conflito social que não podemos aceitar, quanto mais não seja pela memória e pela invocação que agora celebramos os quarenta e um anos do 25 de Abril e em nome dessa memória e em nome desses valores, temos boas razões para votar esta moção e para rejeitar esta política de terraplanagem do serviço público de transportes.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há pedidos de palavra? -----

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão para uma pergunta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** fez a seguinte intervenção: ---

----- “Referir simplesmente dois pontos claros. -----

----- O primeiro, a convergência a que temos assistido recentemente em relação à política no sector dos transportes ou à defesa que parte desta Câmara Municipal. O processo e as nossas discordâncias em relação à forma como foi seguido, foram assinaladas e motivaram alguns debates aqui nas últimas sessões, mas creio que o importante é hoje termos uma posição de esquerda, forte, contra o processo a que temos assistido de concessão pelo Governo e onde a Câmara Municipal tem tomado a dianteira, inclusivamente na questão judicial. -----

----- Em relação à reestruturação do sector da água queria apenas esclarecer e dizer, já dissemos aqui mil vezes que Lisboa tem das tarifas mais baixas da área metropolitana, tem uma taxa social também bastante conveniente e isso é que interessa salvaguardar. Interessa que este sector possa prestar, no fundo, e atender às condições sociais do País. Lisboa tem aqui uma posição clara e bem definida, tentar proteger os consumidores, tentar proteger os munícipes, face a uma reestruturação geral nacional que obviamente penalizou os preços no sector e penalizou os serviços e qualidade pública dos serviços.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se há mais algum Senhor Deputado Municipal a fazer perguntas à Deputada Municipal Mariana Mortágua? -----

----- Não havendo microfone à Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua para poder responder.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal não há muito a dizer. Eu devolvo-lhe o cumprimento, cumprimentar o PS por ter convergido com o BE na defesa do transporte público, como aliás sempre defendemos todas as empresas e todos os serviços públicos. -----

----- Normalmente a discussão do PS era com o PSD, porque a divergência era como é que se privatiza, qual é a melhor forma de privatizar, qual é a melhor forma de concessionar, e não uma recusa intransigente da privatização e da concessão. -----

----- Mas há que dar o crédito ao PS, ao contrário da CP Carga, ao contrário dos CTT e de outras empresas públicas que estavam inscritas no memorando de entendimento e nos vários PEC’s que foram aprovados na Assembleia da República, no caso do Metro de Lisboa e da Carris a posição do PS tem sido clara ao longo dos últimos tempos, e sim, convergimos na defesa da Carris e do Metro como serviços públicos. -----

----- Pode sempre contar com a solidariedade do BE nesta matéria. -----

----- O importante aqui neste momento, tal como disse há pouco, é travar este processo e para travar este processo precisamos de todas as vozes de todas as posições políticas, e portanto, se nesta matéria em concreto o BE e o PS partilham uma visão, vamos fazer uso dessa partilha e vamos travar este processo e conseguir que os cidadãos de Lisboa tenham que os sirva e não que sirva interesses privados. -----

----- Portanto, mais uma vez cumprimentá-lo pela posição do PS nesta matéria.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais terminámos a declaração política do BE, temos uma última declaração política dos Deputados Municipais IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Venho aqui para partilhar convosco uma preocupação enorme e, que à qual, a Câmara e a cidade de Lisboa não poderá estar alheia, que é a continuada sinistralidade que grassa nas nossas ruas, e aqui eu queria frisar que não estamos a falar apenas de segurança rodoviária, que é um conceito que às vezes está um bocadinho afastado das

nossas vidas, mas sim a segurança das nossas ruas, as ruas onde nós vivemos, onde trabalhamos e onde queremos usufruir de tudo aquilo que faz de Lisboa a cidade que é.-----

----- Por outro lado, não poder escamotear a ligação entre a prevenção e a segurança das nossas ruas com a alteração dos paradigmas de mobilidade que é urgente tornar possível, tornar possível num prazo que seja o mais rápido para que as pessoas possam desta alteração beneficiar.-----

----- Por outro lado também queria lançar um apelo à reflexão individual, porque isto é uma questão que só poderá ser resolvido com o empenho e a ação individual de cada um e das comunidades onde se inserem.-----

----- A recomendação que nós apresentamos parte da assunção que temos de facto ainda um nível excessivo de tráfego na nossa cidade, decorrente do uso excessivo em particular do automóvel, o que provoca para além de todos os efeitos que já conhecemos ao nível da poluição ambiental, ruído, poluição atmosférica e todos os demais custos inerentes. Uma enorme causa de insegurança para todos os utilizadores vulneráveis das nossas ruas, aqui falo especificamente de peões, embora também de ciclistas, mas no fundo, aquilo que neste momento já o Código da Estrada consagra como os utilizadores vulneráveis.-----

----- Esta insegurança acaba por afetar acima de tudo duas faixas etárias, estatisticamente falo eu, os idosos e as crianças em particular, os jovens até aos quinze anos.-----

----- Queria lembrar que a ANSR no início deste ano congratulou-se pelo facto de pela primeira vez em muito anos o número de sinistro com vítimas mortais, portanto, o número de vítimas mortais nas nossas estradas ter ficado abaixo dos 500 mortos em 2014.-----

----- Para ter aqui uma referência eu queria que pensassem nisto, houve anos na guerra do Ultramar em que não morriam 500 soldados Portugueses e essa é a dimensão do verdadeiro problema e da verdadeira catástrofe que afeta as nossas ruas.-----

----- Outro dado que penso que é importante refletirmos todos, tem a ver com o facto de a maior parte dos acidentes ocorrerem dentro das localidades. Ainda ontem numa sessão promovida pela CML em parceria com a ACAM, onde tive oportunidade de participar, foi apresentado um relatório em que mostrava de forma evidente que a maior parte dos atropelamentos também ocorre nas cidades e a cidade que tem neste momento mais vítimas mortais é a cidade de Lisboa. Apesar de apenas 1/4 dos acidentes envolver atropelamentos, 60% das vítimas mortais ocorrem nos atropelamentos e se eu disser que a maior parte destes atropelamentos ocorre em passeadeiras, em quase 50% destes em passeadeiras quando o sinal para peões está verde, estamos de facto perante um problema de enraizamento cultural que tem de ser alterado de uma vez por todas e onde a CML, nos mandatos anteriores e com este, tem tentado de facto lidar, embora seja uma questão que extravasa naturalmente o âmbito, apenas e só, do Executivo.-----

----- Eu pergunto porque é que esta situação se mantém quando os benefícios são tão evidentes. Os benefícios de termos de adotar procedimentos mais adequados e que

favoreçam a utilização dos modos suaves, protejam os utilizadores vulneráveis e despromovam a utilização dos automóveis e não estou a falar apenas daqueles que já referi inicialmente, falo por exemplo das questões inerentes a uma cidade competitiva e que pretende ter por exemplo um turismo inclusivo. Uma cidade onde seja possível circular em segurança garante mais consumo nas ruas e no comércio local, garante maior competitividade em relação a destinos onde a locomoção das pessoas e estamos a falar de turistas, onde por exemplo o turismo sénior é cada vez mais preponderante. O futuro vai ser um futuro onde as cidades para serem competitivas têm de facto ter este problema o mais limitado possível.-----

----- Portanto, necessidade de garantir ambientes seguros para as crianças é absolutamente fundamental, não apenas também porque se perderam as ruas para os automóveis. Acho que qualquer um nesta sala lembra-se de brincar e jogar à bola na rua, não sei se os nossos filhos poderão fazê-lo com o mesmo à vontade com que nós o faríamos e essa mudança que temos que tentar trazer novamente, e trazer novamente centrando aqui o papel da escola, da escola pública enquanto instituição farol que possa também contribuir para mudar estes comportamentos não apenas junto das crianças, mas também dos próprios pais, encarregados de educação, no fundo afetando e mobilizando para este esforço toda a comunidade escolar.-----

----- Falar agora das questões relacionadas com as deslocações dos alunos, e portanto, chegar também à recomendação que apresentámos.-----

----- Neste momento continuamos a ter níveis absolutamente inaceitáveis, circulação desordenada, motivada pela necessidade dos pais e dos encarregados de educação levarem os filhos às escolas. Este é um problema que existe já há muito tempo, tem tentado ser mitigado, houve em anteriores orçamentos participativos iniciativas louváveis que ocorreram e conseguiram mitigar alguns destes problemas, nomeadamente em cinco colégios da cidade, mas isto não chega. Continuamos a ter entre as oito da manhã e as nove filas enormes, aglomerações de automóveis, estacionamento desordenado em cima do passeio, segunda e terceira fila, por causa obviamente de um risco enorme para os jovens e para os próprios veículos que circulam em vias adjacentes.-----

----- Isto é determinante resolver. Continuamos a ter uma taxa de acidentes e de atropelamentos de jovens e crianças, muitos deles junto a estabelecimentos de ensino, que é inaceitável, e aqui estamos a falar também, como já foi referido, da necessidade de proteger crianças em diferentes contextos. A escola neste momento apresenta-se como uma instituição onde problemas como o *bullying* por exemplo ocorrem, mas o que nós sentimos como peões, muitas vezes é que somos vítimas de um autêntico *bullying* rodoviário na cidade, somos vulneráveis e a lei do mais forte é exercida em relação ao elemento mais fraco.-----

----- A solução que apresentamos hoje é uma solução que já está testada em vários países, em várias cidades de todo o mundo, da Austrália, Reino Unido, Holanda até os Estados Unidos, e que é uma solução que alguns têm apelidado de *kiss-and-ride*. É uma solução de baixo custo, no fundo, o que se pretende é regular o acesso à tomada e largada de passageiros num lugar de estacionamento que seja pintado e onde seja

possível haver apoio para que os pais possam deixar os seus filhos de forma segura, sem afetar o estacionamento e sem permitir que os passageiros saiam das viaturas antes da altura certa. -----

----- Para finalizar, apenas para dizer que a recomendação entregue nós alterámos-lhe o ponto 4, uma vez que a CML já está a associar-se à Semana Mundial da Segurança Rodoviária. E por último, também para dizer que em relação à recomendação do PCP a propósito do 1º de Maio iremos votar favoravelmente, no entanto apresentamos à Mesa uma declaração de voto, uma vez que não nos revemos integralmente nas considerações iniciais.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há um pedido de palavra ao Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Antes de mais felicitar o Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo pelas preocupações que hoje aqui nos trouxe. -----

----- A recomendação aqui apresentada pelo Deputados Municipais IND pela implementação de tomada e largada expressa de passageiros em estabelecimentos de ensino de Lisboa, coloca em discussão um problema com distintas vertentes, entre as quais a segurança dos peões. -----

----- Se relembrarmos as estatísticas sobre os atropelamentos na cidade, que aliás, ontem foram apresentadas pelo Senhor Vereador João Afonso, mais reforçada fica a ideia da necessidade de implementarmos medidas que permitam reforçar a proteção do peão. -----

----- O estacionamento desordenado com veículos em segunda e terceira fila, gera muitas vezes um trânsito diário que associado ao atravessamento de vias de forma desatenta podem facilmente levar ao atropelamento de crianças e pais, junto destas escolas. Neste enquadramento pensamos que devem ser estudadas e testadas pela CML todas as soluções que permitam mitigar este problema, contribuindo para aumentar a segurança do peão e a fluidez do trânsito. Neste enquadramento é o PS favorável a que seja testado este modelo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo poderá responder, se assim o entender. -----

----- Tem quatro minutos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo (IND)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço a observação e naturalmente que é uma causa que eu penso que é transversal a todos os que estamos aqui presentes, por outro lado e gostaria de frisar isto, estamos a falar de soluções perfeitamente enquadráveis com uma estratégia de baixo custo e de facilidade de implementação. -----

----- Estamos por isso a propor também nessa recomendação que seja possível apresentar já na Semana Europeia da Mobilidade, que vai decorrer de 16 a 22 de

Setembro e ao qual a cidade de Lisboa se associará, apresentar desde já pelo menos um exemplo. Gostaria que idealmente conseguíssemos ter pelo menos um exemplo em cada freguesia, mas pelo menos um exemplo que mostre no início do ano letivo, com todo o seu carácter simbólico e também com toda a alavancagem mediática que iremos poder ter, podemos apresentar esta solução como algo concreto e que seja passível de implementação faseada em todas as outras escolas da cidade. E por exemplo também, mostrar isto para que outras cidades também o possam fazer e perceber que muitas vezes o que é preciso é pensar um bocadinho fora da caixa e mais do que estudos, análises, livros brancos, azuis, verdes, termos presentes soluções que já existem, que estão implementadas, que estão testadas lá fora e que apenas é necessário alguma vontade política e alguma abertura para que em conjunto com todos os elementos envolvidos e todas as partes a que dizem respeito a implementação destas mudanças, seja possível fazer com que Lisboa seja uma cidade cada vez mais para todos, nunca esquecendo que para Lisboa continuar a ser esta cidade cada vez mais plural é preciso que cada um também faça a sua parte.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminaram as declarações políticas, e pergunto à Câmara se quer intervir? Tenho a informação que a Câmara não quer usar do seu tempo nas declarações políticas, pelo que vamos passar à votação dos documentos apresentados. E eu vou lembrar os documentos que temos em votação:-----

----- Temos três moções.-----

----- A **Moção 1/66**, apresentada pelo PCP, sobre o “**1º de Maio**”.-----

----- Depois a **Moção 2/66**, apresentada pelo BE, sobre os “**Transportes Públicos**”.---

----- E a **Moção 3/66**, apresentada pelo PEV, sobre as “**Escolas de Ensino Artístico**”.

----- Tínhamos cinco recomendações, mas uma foi retirada uma recomendação do PSD. Portanto, temos quatro recomendações:-----

----- Na **Recomendação 2/66**, apresentada pelo BE, sobre a “**Reestruturação do Setor da Água**”.-----

----- Na **Recomendação 3/66**, apresentada pelo CDS-PP, sobre a “**Revitalização da Bedeteca de Lisboa**”.

----- Na **Recomendação 4/66**, apresentada pelo MPT, sobre “**Por uma Melhor Qualidade do Ar na Cidade de Lisboa**”.-----

----- Na **Recomendação 5/66**, apresentada pelos Deputados Independentes, sobre a “**Implementação de soluções de tomada/largada “expresso” de passageiros nos estabelecimentos de ensino de Lisboa**”.-----

----- A Mesa vai, portanto, colocar à vossa consideração, em primeiro lugar, a **Moção n.º 1/66**, apresentada pelo PCP, sobre o “**1º de Maio – Romper com a Política de Direita**”.-----

----- (A Moção n.º 1/66 fica anexada à presente ata como **anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- Atenção que nesta moção, 1/66, há algumas alterações que vou passar a dizer: no terceiro considerando, onde está “A exploração dos trabalhadores portugueses...”,

acrescentar, “e dos que cá vivem e trabalham”, e eliminar no final a referência “povo português”. Depois, na parte deliberativa, no ponto número dois, onde estava “que tenham em consideração a inflação verificada nos últimos anos...”, retirar a referência “inflação verificada nos últimos anos”, e passava a ser, “que tenham em consideração a satisfação das necessidades das pessoas e a perda do nível de vida verificado bem como os acordos estabelecidos ...”. No considerando número onze, acrescentar a seguir a “Segurança Social ‘Pública’, universal e solidária..”, acrescentando a seguir “como obrigação constitucional do Estado Português”.

----- Portanto, são estas as alterações da **Moção n.º 1/66**. Não tenho pedidos para votação em separado, portanto, vamos pôr à votação a **Moção n.º 1/66** com os doze pontos da deliberação com as alterações que eu acabei de enunciar. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do PS, MPT e PNP, e votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e 6IND. A **Moção n.º 1/66** foi **aprovada por maioria**.

----- Os Deputados Municipais Independentes apresentaram a seguinte **Declaração de Voto**:

----- *“No seguimento da Moção 1/66 apresentada pelo grupo municipal do PCP na sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de 28 de Abril de 2015, o conjunto de Deputados Independentes revêem-se nos objetivos genéricos do documento no que concerne à defesa e eficácia de sectores chave nacionais como a Saúde, Educação e Proteção Social do Estado.*

----- *Acompanhamos as preocupações vertidas no documento como a crescente precarização do trabalho e como a política de privatizações levada a cabo pelo Governo em funções.*

----- *Não obstante, não concordamos com a ideia subjacente no primeiro ponto dos considerandos que transmite uma perceção errónea de um caminho trilhado ao longo 40 anos de democracia e eleições livres, mais ainda considerando os impactos da adesão de Portugal à comunidade europeia.*

----- *Assim sendo e apesar de acompanharmos favoravelmente esta Moção e a maioria dos seus considerandos, deixamos esta declaração de voto para que fique registada a discordância relativa ao ponto supracitado.”*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:

----- “Vamos passar, agora, à **Moção 2/66**, apresentada pelo BE, sobre os “**Pela defesa dos Transportes Públicos na Cidade de Lisboa e dos postos de trabalho na CARRIS e Metro**”.

----- (A Moção n.º 2/66 fica anexada à presente ata como **anexo II** e dela faz parte integrante)

----- Não tenho pedidos para votação em separado, portanto, vamos pôr à votação a **Moção n.º 2/66**. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, e votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, PAN e 6IND. A **Moção n.º 2/66** foi **aprovada por maioria**.

----- Vamos passar, agora, à **Moção 3/66**, apresentada pelo PEV, sobre “**Escolas de Ensino Artístico Especializado**”.

----- (A Moção n.º 3/66 fica anexada à presente ata como **anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- Não tenho pedidos para votação em separado, portanto, vamos pôr à votação a **Moção n.º 3/66**. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, PAN e 6IND. A **Moção n.º 3/66** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação 2/66**, apresentada pelo BE, sobre “**Contra a Reestruturação do Setor da Água**”.-----

----- (A Recomendação n.º 2/66 fica anexada à presente ata como **anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- Não tenho pedidos para votação em separado, portanto, vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 2/66**. Votos contra do PS, PSD, PNP e do CDS-PP, não há votos de abstenção, e votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT, PAN e 6IND. A **Recomendação n.º 2/66** foi **rejeitada**.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação 3/66**, apresentada pelo CDS-PP, sobre “**A favor da revitalização da Bedeteca de Lisboa**”.-----

----- (A Recomendação n.º 3/66 fica anexada à presente ata como **anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Eu recordo que o Senhor Deputado Diogo Moura, preponente, pediu para não colocar à votação os quatro pontos deliberativos desta recomendação, mas apenas o ponto final em que recomenda o envio a mandar a 7ª Comissão para acompanhar este assunto. Portanto, ao invés de recomendar seja o que for à Câmara, primeiro, ser elaborada a matéria em sede de comissão. O que vou pôr à vossa consideração é apenas o mandar a 7ª Comissão Permanente para acompanhar este assunto.-----

----- Portanto, vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 3/66**. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, PAN e 6IND. A **Recomendação n.º 3/66** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação 4/66**, apresentada pelo MPT, sobre “**Por uma melhor qualidade do ar na Cidade de Lisboa**”.-----

----- (A Recomendação n.º 4/66 fica anexada à presente ata como **anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- O PCP pede que o ponto 5 seja votado separadamente.-----

----- Portanto, vamos pôr à votação os **pontos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 6** da **Recomendação n.º 4/66**. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, PAN e 6IND. Os pontos **n.ºs 1, 2, 3, 4 e 6** da **Recomendação n.º 4/66** foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação o **ponto 5** da **Recomendação n.º 4/66**. Não há votos contra, abstenção do PCP, BE e PEV, e votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, PAN e 6IND. O **ponto 5** da **Recomendação n.º 4/66** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar, agora, à **Recomendação 5/66**, apresentada pelos Deputados Municipais Independentes, sobre “**Implementação de soluções de tomada/largada “expresso” de passageiros nos estabelecimentos de ensino de Lisboa**”.-----

----- (A Recomendação n.º 5/66 fica anexada à presente ata como **anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- Esta recomendação tem, também, ligeiras alterações; no considerando número oito, a parte final dizia “...apelando ao envolvimento e mobilização por parte de instituições e comunidade em geral...”, e acrescenta; “aos quais a Câmara Municipal de Lisboa se associará” -----

----- Depois, na parte deliberativa, retirar o último ponto uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa já estará envolvida neste evento. Portanto, a parte deliberativa serão apenas os três primeiros pontos. -----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 5/66**. **Não há votos contra**, abstenção do PSD, e votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, PAN e 6IND. **A Recomendação n.º 5/66 foi aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados terminámos esta parte dos nossos trabalhos, e agradeço a vossa colaboração. -----

----- Vamos então, agora entrar nos restantes pontos da Ordem do Dia, e o primeiro ponto que temos é a Reestruturação dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, através da **Proposta n.º 94/2015**. -----

----- Eu chamo a atenção que o único ponto que está à nossa deliberação é o ponto um da proposta. A proposta tem dois pontos. O ponto dois que diz respeito à estrutura flexível é da competência da Câmara. O ponto primeiro é que é da competência da Assembleia Municipal. E o ponto segundo já foi aprovado em sessão de Câmara condicionado à aprovação, ou não, pela Assembleia Municipal, do ponto primeiro. -----

----- Pergunto à Câmara se quer fazer a apresentação da proposta? -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 94/2015 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALINEA M), DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 SETEMBRO, BEM COMO DOS ARTIGOS 6º A 9º DO DECRETO-LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO; (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo **VIII**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, fica anexado à presente Ata como **anexo IX**, e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca** no uso da palavra, fez a apresentação da proposta, referindo o seguinte: -----

----- “Para ser relativamente, rápida na apresentação, e passar ao debate, duas ou três notas sobre esta proposta de reorganização que hoje, vem aqui a discussão: -----

----- Por um lado, a importância de realçar aquilo que foi dito na comissão, quando tive a oportunidade de ir à comissão na semana passada, que esta é uma reorganização bastante diferente daquela que foi feita em 2011, na medida em que esta decorre, fundamentalmente, da necessidade de ajustamento da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Lisboa no decurso do que já vem de 2011, ao novo modelo de reorganização da Cidade de Lisboa e, agora que se cumpriu um ano sobre o processo

de transferência de competências para as Juntas de Freguesia e, que hoje em dia, estão completas, digamos assim, o leque de competências que as Juntas de Freguesia deviam estar a ser, nos termos da lei 56/2012, sendo a última, como sabem, a competência de licenciamento que foi a mais recente. -----

----- Portanto, este é um aspeto muito importante a realçar desta reestruturação. -----

----- Por outro lado, a reestruturação assenta, fundamentalmente, na necessidade de reforçar a capacidade operacional do Município de Lisboa de algumas estruturas, nomeadamente, da UCT, ao nível da UCT com a criação de dois departamentos, concentrando muitas das competências que hoje em dia estão dispersas na DMAU e na DMPO, na Unidade de Coordenação Territorial, UCT. Ao nível da UCT, são criados dois departamentos, um departamento de operações e um departamento de espaço público, e estes dois departamentos vão cumprir o objetivo e que é o segundo objetivo central desta reforma, e que é reforçar o cuidado da cidade e reforçar a capacidade que a Câmara tem, fundamentalmente, através dos seus edifícios concentrados, portanto, as UIT's com meios e com competências transversais, que hoje em dia estão dispersas, e que passam a estar concentradas numa única unidade orgânica. -----

----- Também ao nível da UCT, são criadas cinco brigadas operacionais, cinco brigadas LX. Há uma lógica, como poderão ter constatado, de alteração daquilo que é, hoje em dia, a organização de unidades orgânicas flexíveis as divisões por brigadas operacionais. E este é o segundo movimento importante no que diz respeito à concentração de competências na Unidade de Coordenação Territorial. -----

----- Um outro aspeto que julgo ser importante de realçar aqui é a decisão da atual DMAU, da atual Direção Municipal de Ambiente Urbano, em duas direções municipais, uma que fica com as competências em matéria de ambiente e espaços verdes, e outra que fica com toda a componente de higiene urbana num passo que nos parece muito importante para a preparação da criação dos edifícios municipalizados que está, também em curso nos seus trâmites legais e que, oportunamente, será aqui discutida na Assembleia Municipal, como saberão, é um processo que terá que passar por aqui. Portanto, surgem duas direções municipais, uma a extinguir quando se criar os edifícios municipalizados de higiene urbana. -----

----- Por outro lado, é criada uma direção municipal nova, Direção Municipal do Património que também agrega competências que, hoje em dia, estão dispersas por várias direções municipais, nomeadamente, pelas finanças, pela área jurídica e pelo urbanismo. E, portanto, a Direção Municipal de Património vai ter em si concentrada a missão de gerir, de valorizar e de avaliar o património municipal nas suas diversas operações. E este é também um movimento que me parece importante aqui destacar. --

----- Estes são os principais aspetos que eu gostaria de realçar, antes da discussão, dizendo também, enfim, reportando-me à intervenção que foi feita pelo Senhor Vítor Reis no início da nossa sessão, que ao longo do tempo em que esta proposta foi organizada, foram ouvidos os sindicatos, houve duas reuniões com as estruturas sindicais, e não posso deixar de dizer aqui que, especialmente, na fase final houve vários contributos dos sindicatos que foram importantes, nomeadamente, em matéria

daquilo que é a configuração final do Regime de Sapadores de Bombeiros e da Área de Proteção Civil, em que havia bastantes imprecisões na altura, e que foi muito importante o diálogo realizado com as estruturas sindicais. Esta é uma aposta que resulta desse trabalho, quer interno, quer com as estruturas sindicais, mas realço como nota final esta é uma proposta que vai ajustar, fundamentalmente, a orgânica ao novo modelo de reorganização da cidade, e não é, nem visa ser, aquilo que foi feito em 2011, uma proposta estruturante de alteração substantiva do que foi, do que era a Estrutura Orgânica da Cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de Relatora do parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Por determinação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, foi remetida a esta Comissão Permanente a Proposta nº 94/2015 referente à aprovação da orgânica dos serviços municipais, nos termos constantes dos anexos A e B incluídos na mesma proposta, para análise, discussão e emissão de parecer até dia vinte e sete de Abril, dado o seu agendamento em plenário estar previsto para a sessão de dia vinte e oito de Abril.-----

----- Foi decidido por unanimidade, em sede da reunião da 1ª Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, solicitar a presença e audição da Vereadora subscritora da proposta, Exª Senhora Dr.ª Graça Fonseca, por forma a prestar esclarecimentos específicos relativos a questões específicas e de pormenor.-----

----- A referida audição realizou-se no dia 23 de Abril, em sede da 54ª Reunião (extraordinária) desta mesma Comissão, no decorrer da qual todas as questões e dúvidas apresentadas pelas Senhoras e Senhores Deputados, tendo as mesmas sido esclarecidas, prontamente.-----

----- No que concerne aos pontos deliberativos, está em apreço e votação a reorganização dos serviços municipais, sendo que a mesma para efeitos de aprovação na Assembleia Municipal de Lisboa se cinge apenas ao ponto 1º da parte deliberativa, tendo em conta que o 2º ponto se enquadra na esfera de competências da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Decorre deste preceito que a eficácia do ato da aprovação do ponto 2º da parte deliberativa da proposta, praticado pela Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de um de abril de 2015, ficou sujeito à condição suspensiva da posterior aprovação da estrutura nuclear por parte da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- No quadro legal de competências, cabe à Assembleia e nos termos do Decreto-Lei 205/2009, de vinte e três de outubro, aprovar o modelo de estrutura orgânica, aprovar a estrutura nuclear, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e definir o número máximo de equipas de projeto.-----

----- No quadro legal de competências, cabe à Câmara Municipal de Lisboa criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências e criar, ainda, equipas de projeto dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Lisboa. No quadro legal de competências, cabe ao Presidente da Câmara Municipal de

Lisboa a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projeto a afetação, ou reafectação, do pessoal e do respetivo mapa. -----

----- Da análise feita à proposta em apreço, do parecer consta o seguinte: -----

----- A presente proposta decorre da Lei 56/2012, e da deliberação 6/AML/2014, no âmbito do processo da reforma administrativa da cidade e tendo por base o elenco das missões de interesses, geral e comum, a toda ou a uma parte significativa da cidade. ---

----- Um novo modelo de funcionamento, abrangente a um conjunto específico de tarefas a executar no âmbito da implementação da reforma administrativa, foi e está a ser desenvolvido. Trata-se de Um modelo que assenta na relação de proximidade com o cidadão e na melhoria da articulação das vinte e quatro Juntas de Freguesia em prol de uma resposta rápida e eficaz aos problemas. -----

----- Face à passagem de competências, meios e recursos do Município para as Freguesias de Lisboa, torna-se imperativo fazer-se o reajustamento da estrutura dos serviços municipais de modo a tornar a sua orgânica interna essencialmente focada em funções de planeamento, regulação e fiscalização da cidade, em articulação com as funções predominantemente operacionais e de proximidade das novas freguesias de Lisboa. -----

----- A estrutura, hoje, em apreço e votação, tem marcas fundamentais que passam pela: -----

----- A quebra da tradicional segmentação vertical dos serviços em compartimentos estanques, criando novas unidades transversais de âmbito territorial e reforçando a integração horizontal de recursos em unidades de enquadramento, suporte ou operacionais, comuns ao conjunto da atividade municipal; -----

----- A desconcentração e criação de condições para reforçar a descentralização, territorial ou especializada, de competências; -----

----- A contenção de custos, evidenciada na redução de cerca de 16% dos cargos dirigentes. -----

----- Os ajustamentos sugeridos na Proposta em análise centram-se primordialmente em quatro grandes objetivos: -----

----- Adaptar a estrutura interna do Município à transição de competências, meios e recursos para as juntas de freguesia; -----

----- O reforço do papel planeador, regulador e fiscalizador do Município; -----

----- A requalificação do espaço público e do edificado; -----

----- O reforço do cuidado da cidade. -----

----- Destacam-se os seguintes traços diferenciadores: -----

----- O reforço da capacidade operacional da Unidade de Coordenação Territorial, substituindo a lógica de unidades orgânicas flexíveis (divisões) territoriais por brigadas operacionais, concentrando competências de manutenção que persistem no Município e devolvendo a componente do licenciamento urbanístico à área setorial do Urbanismo; -----

----- O reforço da capacidade operacional do Município em matéria de Higiene Urbana, através da preparação da sua organização interna para a criação de serviços municipalizados - dividindo a atual Direção Municipal de Ambiente Urbano em duas:

----- - Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia; e

----- - Direção Municipal de Higiene Urbana, sendo esta última destinada a transitar integralmente para os futuros serviços municipalizados -, de modo a atingir maior agilidade e eficiência, a par da criação da tarifa correspondente;-----

----- A otimização e centralização da gestão do património municipal, através da criação de uma nova direção municipal (Direção Municipal de Património); -----

----- A aposta na gestão integrada do espaço público, criando um Departamento de Espaço Público com funções concentradas de planeamento, projeto e regulação. -----

----- De acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 69.º do Anexo A (Estrutura Nuclear), as competências do Município em matéria de gestão de museus e outros equipamentos culturais, que sejam propriedade ou geridos pelo Município, serão prosseguidas pela Direção Municipal de Cultura até à respetiva atribuição à EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M. -----

----- As competências do Município em matéria de gestão e controlo dos refeitórios municipais e equipamentos de proteção materno-infantil e ensino pré-escolar (creches e jardins de infância) destinados a utilização por dependentes dos trabalhadores, em exploração direta ou indireta, serão prosseguidas através de uma unidade orgânica nuclear (Departamento de Saúde, Higiene e Segurança) até à respetiva atribuição aos Serviços Sociais da CML (n.º 2 do artigo 69.º do mesmo Anexo).-----

----- No desenvolvimento do modelo de reorganização dos Serviços Municipais foram envolvidas as estruturas representativas dos trabalhadores. -----

----- Assim sendo, considera a 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos entende que a proposta nº 94/2015, cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, está em condições de ser apreciada, bem como ser votado o seu número 1º da parte deliberativa, em sede de reunião plenária da Assembleia Municipal.-----

----- Os Grupos Municipais e os Deputados Independentes reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto. -----

----- O presente parecer foi aprovado por unanimidade. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apresenta-se perante esta Assembleia uma nova operação de reorganização dos serviços municipais, desta vez sobre o pretexto, ou sobre a razão, de ser necessária coadunar a organização camarária com a detenção de mais competências operacionais com as Juntas de Freguesia. -----

----- Lembra-se porém que a reorganização administrativa territorial, em Lisboa, foi determinada pela Lei 56/2012, de oito de novembro, pelo que o mínimo que se pode dizer em relação a esta proposta, e a sua oportunidade, é que vem tarde, como aliás, é costume desta Câmara, vem tarde. -----

----- Vem tarde e vem mal. Não só redigir esta proposta em que a maior parte dos considerandos diz respeito à anterior e já muito concretizada, reforma dos serviços da Câmara, mas também ao interpor entre as Juntas de Freguesia e a Vereação um novo

obstáculo administrativo, as Unidade de Intervenção Territorial criadas no anterior mandato que tinham toda a potencialidade de se tornar nesse obstáculo, mas deveu-se à qualidade do pessoal dos responsáveis locais que foi conseguida uma cooperação com as Juntas, aliás, muito profícua, em vez de oposição. -----

----- É agora nesse nóculo que incide o principal da reforma pretendida, criando brigadas de intervenção e alargamento das responsabilidades dessas unidades de intervenção e respetiva unidade de coordenação. -----

----- Ocorre que continuam fluidas as fronteiras entre as ações estruturais e não estruturais como previsto na Deliberação nº 6, de janeiro de 2014, na entrada maciça de pessoal nas unidades e brigadas de intervenção previstas poderá determinar o aparecimento de conflitos de competências o que é indesejável. -----

----- Não nos revemos, portanto, nesta proposta apresentada e que pode vir a ter, ainda, como consequência a redução das novas delegações de competências em matéria estrutural para as Juntas de Freguesia, que essas autarquias têm contratado, e que a Assembleia Municipal tem, aliás, encorajado. -----

----- Esta proposta não vem em bom tempo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos hoje a debater a Proposta n.º 94/2015 que pretende a “Reorganização dos Serviços da Camara Municipal de Lisboa” em consequência das profundas alterações na sua estrutura, face a transferência de competências, meios e recursos para as freguesias.-----

----- O Bloco de Esquerda considerou no seu Programa que “no quadro reforma administrativa da cidade, deve merecer particular atenção a orgânica dos serviços municipais. A articulação da reforma administrativa com a reorganização dos serviços municipais deve contribuir para aproximar Lisboa e as suas freguesias de municípios e fregueses.-----

A reorganização estrutura e de funcionamento dos serviços municipais, supostamente em resultado da nova orgânica da CML, aprovada em 2011, ficou muita aquém das expectativas. Alias, afastou-se muito da própria proposta encomendada por António Costa a um conjunto de universitários, a origem da Proposta de Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024, que, por sua vez, daria lugar a aprovação da Proposta 1196/2009-Síntese da Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024, cujo principal objetivo era, precisamente, reformar orgânica e administrativamente a cidade de Lisboa. Esta reforma deveria suprir as deficiências próprias de um modelo vertical e estanque de funcionamento, e permitir uma gestão de maior proximidade com os cidadãos. Mas revelou-se um fracasso, porque, na realidade, os lisboetas não sentiram nenhuma diferença na relação com a CML, tendo-se mantido, rigorosamente, quase todos os anteriores procedimentos de administração e gestão. Propomos que a CML proceda a uma avaliação seria do desempenho da sua estrutura orgânica e, em consequência, proceda as devidas correções.-----

----- Na altura, na nossa intervenção dissemos que; pensamos que a Camara deveria na sua nova orgânica assumir a passagem de muitas das competências e meios das Empresas Municipais para a sua esfera, num movimento contrário ao preconizado no documento de Empresarialização e “Externalização” de serviços que resultara na degradação do serviço publico prestado à população.-----

----- E o que uma vez mais nos é proposto quanto as competências do Município em matéria de gestão de museus e outros equipamentos culturais, que sejam propriedade ou geridos pelo município, serão prosseguidas pela Direção Municipal de Cultura ate a respetiva atribuição a EGEAC. -----

----- Ou; -----

----- As competências do município em matéria de gestão e controlo dos refeitórios municipais e equipamentos de proteção materno-infantil e ensino pré-escolar (creches e jardins de infância) destinados a utilização por dependentes dos trabalhadores, em exploração direta ou indireta, serão prosseguidas através de uma unidade orgânica nuclear (Departamento de Saúde, Higiene e Segurança) ate a respetiva atribuição aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esta “rotação” em sentido contrário, de saída da esfera municipal, terá como consequência, a fragilização da prestação do serviço publico, do vínculo e direitos dos trabalhadores. -----

----- O que vai de encontro da apreciação do STML em relação a presente proposta de que a “Reorganização de Serviços apresenta-se como mais uma etapa na via da externalização empreendida pelo executivo municipal.-----

----- Esta externalização tem vindo a assumir várias modalidades e destinatários, mas sempre com o objetivo, direto ou indireto, claro e final de retirar atribuições e prestação de serviços e de atividade da estrutura da Camara Municipal, independentemente do novo prestador de destino. E nem se diga, para justificação, que a externalização de prestação vai manter-se, da mesma forma, em serviço de destino que são públicos de outras entidades, municipais porque se procede a empresarizacao no setor municipal ou mesmo, que se mantem dentro da estrutura municipal, como se aponta para criação dos Serviços Municipalizados. -----

----- Na verdade, na externalização o que está em causa é uma opção política de fundo tomada por este executivo municipal. -----

----- Importante seria também que esta proposta resultasse de urna intensa e profícua discussão entre a CML e o pessoal, a todos os níveis, com os representantes dos trabalhadores, tanto mais que se ira, necessariamente, operar mudanças funcionais que vão implicar mudanças de trabalhadores “intra” e “inter” unidades orgânicas, com as consequentes perturbações nas relações de trabalho atuais. -----

----- O que nos leva à questão do pessoal que face à dotação de competências e meios para as freguesias transitaram da Câmara para as Juntas, mil duzentos e setenta trabalhadores – mil cento e vinte e um do quadro do município e cento e quarenta e nove prestadores de serviço — o que levantou novos problemas ao nível da prestação do serviço público ao nível da Camara e do pessoal, pois: -----

----- Verifica-se o recurso abusivo a trabalho precário para resolver necessidades permanentes de funcionamento. - “Existem na Câmara entre trezentos a quatrocentos trabalhadores precários,...” -----

----- O serviço publico prestado aos lisboetas revela hoje visíveis carências. -----

----- A ameaça de externalização/privatização de serviços ganha contornos reais. -----

----- Se se revela positivo o anúncio da admissão de cem novos assistentes Operacionais, já a reorganização do quadro em função das novas competências, preocupa. Pensamos mesmo que esta proposta deveria ser acompanhada de uma bolsa de preferência e um mapa de dotação global do pessoal. -----

----- Finalmente, as duas últimas questões que queremos levantar: -----

----- - A valorização das atividades relacionadas com o Património com a criação da Direção Municipal do Património e a não criação da Direção Municipal do Saneamento, mas a despromoção orgânica do Saneamento de departamento para divisão; -----

----- Sobre a Equipa de Drenagem — O que é um facto e que a Camara desmantelou os serviços de saneamento, faltou com a manutenção dos sistemas de drenagens de águas, apostando tudo na entrega do saneamento em baixa a EPAL. O então, Departamento de obras e infraestruturas e saneamento tinha cinco divisões (três ligadas ao terreno) e entre cento e trinta a cento e quarenta trabalhadores mas a perspectiva de negocio fez desmantelar o sistema. Várias vezes o Bloco de Esquerda, pela voz autorizada do nosso Deputado João Bau, apontou quanto era errado o caminho escolhido pelo executivo da Câmara. -----

----- Por último, sobre a criação da Direção Municipal do Património que terá como missão “organizar as vendas”. A Câmara está, assim a criar um serviço simples para as negociatas imobiliárias e para os vistos “*Gold*”. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa unanimemente tem vindo a exigir em todo o processo transparência, de modos e processos quando está em causa uma enorme venda de património, criando uma Comissão de Acompanhamento, que prossiga o trabalho de como se vai concretizar toda esta venda de património, com poderes acrescidos de fiscalização efetiva. Infelizmente, não se está a seguir este caminho mas insistimos no caminho da transparência de modos e processos. Tanto mais que a CML já manifestou a sua intenção de continuar a trilhar o mesmo caminho: a da venda do seu património. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa diz ser de absoluta necessidade vender para equilibrar as suas contas.-----

----- Sendo certo que o Município de Lisboa é detentor de um vasto Património Imobiliário na cidade. As alienações, de património que nos são propostas, pela sua dimensão financeira e localização aconselhariam a um estudo prévio, relativamente a totalidade do património imobiliário do município e as perspectivas para a sua utilização. De outra forma, não estaremos perante decisões estratégicas para a cidade, mas tao, só perante uma política casuística de alienações, ao sabor dos interesses momentâneos e da premência financeira. -----

----- Sem ‘este estudo, sem uma estratégia integrada aprovada, a política, de alienações de património imobiliário do Município de Lisboa e um mau serviço a cidade, e em especial as gerações futuras.-----

----- O Bloco de Esquerda entende que tem de se colocar em execução uma nova política estratégia para a habitação e reabilitação que traga de novo as pessoas para a cidade, num movimento contrario ao agora assumido com a criação da Direção Municipal do Património. -----

----- Termino, reafirmando a necessidade de uma reorganização dos serviços municipais que não sirva os negócios, os “interesses particulares”, mas antes o serviço público e as pessoas.-----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta proposta que visa proceder à Reorganização dos Serviços Municipais levanta-nos muitas reservas: -----

----- 1- A atual estrutura orgânica da CML foi aprovada em 2011, portanto há muito pouco tempo, e gerou situações de confusão e instabilidade. Algumas dessas situações ainda não estão resolvidas, e lá volta o executivo à carga com mais uma reestruturação. A verdade é que ainda não se fez um balanço efetivo e positivo dos impactos da transferência de competências municipais para as Juntas de Freguesia e empresas municipais, tal como ainda não se procedeu à avaliação e quantificação objetiva dos recursos humanos e financeiros que foram transferidos para cada uma das Juntas de Freguesias e de que forma estão estas a executar os serviços que eram, anteriormente, prestados pelo Município. O que se sabe é que as expectativas criadas de que haveria uma melhor gestão do espaço público, dos espaços verdes e da rede de equipamentos municipais, não corresponderam totalmente à realidade. -----

----- 2- Tal como no anterior processo de reorganização de serviços municipais, sabemos que houve um fraco envolvimento e participação dos trabalhadores e dos próprios serviços. Apenas se procedeu à mera auscultação das organizações representativas dos trabalhadores, que apresentaram propostas concretas, mas que não foram, na sua maioria, acolhidas pelo executivo. Parece-nos inaceitável que, havendo tanta falta de meios humanos para dar resposta às necessidades da cidade e dos municípios, não se tenha fomentado uma participação a sério dos representantes dos trabalhadores. -----

----- 3- Esta proposta não vem acompanhada de um mapa com a dotação global dos Recursos Humanos por cada uma das unidades orgânicas, mas já se sabe que se irá proceder a uma recolocação e redistribuição dos recursos humanos em função das novas competências e também das novas unidades orgânicas. Importa saber que impacto é que isto terá ao nível da insegurança e instabilidade na prestação de funções e serviços públicos aos municípios, bem como as suas implicações no mapa de pessoal, na vida e nas relações profissionais dos próprios trabalhadores. -----

----- 4- E sendo esta a questão de fundo: esta proposta de reorganização tem como objetivo a desvalorização e a assumida externalização de alguns serviços municipais.

E, portanto, não nos parece que estejamos perante um modelo que assente na relação de proximidade nem na melhoria da articulação. -----

----- O executivo fala em necessidade de ajustamentos mas a realidade é que os mandatos do PS têm sido marcados por reorganizações, reestruturações e ajustamentos, e isso não tem significado mais e melhores serviços. Tem representado falta de diálogo e de estabilidade, tem representado um esvaziamento dos serviços, enquanto empresas externas à Câmara vão ficando com o que é competência do município assegurar. O objetivo central tem sido, e continua a ser, retirar atribuições e serviços da estrutura da Câmara. E isto traduz-se numa opção política que opta por pegar em serviços fundamentais até agora prestados numa vertente de serviço público, e abrir-lhes a porta para que possam ser geridos sob uma lógica de lucro. Resultado? O mais certo é, como a realidade nos tem mostrado, aumentar o custo para os cidadãos e diminuir a qualidade da prestação. -----

----- 5- Analisando questões mais concretas: Avançando com a extinção de unidades orgânicas, sobretudo de sete divisões, que acontece aos trabalhadores que estão afetos às unidades a extinguir? -----

----- A centralização e criação da Direção Municipal de Gestão de Património parece ter como objetivo principal prosseguir a alienação da venda de património municipal, e não tanto a necessária intervenção em reabilitação e valorização, além de que se mantém inexistente um inventário real do património municipal. Ou seja, mesmo com a proposta de criação de uma nova Direção, o executivo não está focado em fazer melhor e resolver os problemas existentes. -----

----- Depois há também outras questões que nos levantam muitas reservas e apenas conseguimos ver mais esvaziamento dos serviços, porque é isso que está a ser proposto. É o que se passa com a proposta de extinção da Direção Municipal de Proteção Civil, havendo uma certa desvalorização do Regimento de Sapadores Bombeiros, o facto de se pretender atribuir a gestão de museus e outros equipamentos culturais à EGEAC ou a intenção de atribuir um conjunto de serviços prestados aos trabalhadores e seus descendentes para os Serviços Sociais da Câmara- É também exemplo disto a autonomização da Direção de Higiene Urbana que é assumidamente um passo para a criação de Serviços Municipalizados e a sua posterior externalização. O que acontece ao Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica? Nada é mencionado. -----

----- Também a gestão da rede de saneamento básico e o conjunto de intervenções previstas no Plano de Drenagem deveria implicar uma forte aposta na criação de uma Direção para dar resposta a situações de emergência e proceder à melhoria do estado de conservação dos coletores. Bem sabemos que a opção deste executivo era a sua alienação e que a brigada de coletores é composta por pouco mais de uma dúzia de operacionais, o que conduz à contratação externa de serviços de manutenção e intervenção. Além disso, é de referir a trapalhada que se prevê que venha a existir com a sobreposição de funções e competências da Unidade de Coordenação Territorial com a criação de cinco Brigadas Operacionais, as funções do

Departamento de Espaço Público e as novas competências das Juntas de Freguesias na gestão do espaço público.-----

----- A verdade é que sempre estivemos contra a dispersão das competências da UCT de licenciamento urbanístico pelas Unidades de Coordenação Territorial e esta proposta vem-nos dar razão ao propor a devolução e concentração do licenciamento e fiscalização urbanística na área sectorial do Urbanismo e Ordenamento do Território. -

---- 6- Por fim, importa saber em concreto até ao momento, quais os custos com o processo de reestruturação de serviços e quanto prevê a Câmara despende ainda com todos os procedimentos necessários para a implementação destas últimas alterações contidas nesta proposta nº 94/2015? -----

----- É que assim que se começou a falar nesta situação, «Os Verdes» questionaram o executivo, através de um requerimento, e até agora a Câmara não se dignou a responder. Esperamos que o façam hoje. -----

----- Para concluir, esta proposta de estrutura orgânica não só não cumpre os objetivos que entendemos necessários para assegurar a prestação de um conjunto de serviços e atividades à população, como tem subjacente um outro tipo de prioridades e princípios centrados na redução sistemática de serviços e atividades municipais e a sua externalização, implicando a perda de capacidade de intervenção do município, a perda de meios e instrumentos de intervenção num conjunto significativo e importante de áreas operacionais que contribuem imprescindivelmente para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes. -----

----- Perante isto, votaremos obviamente contra esta proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começamos por dizer que estamos em desacordo com muitas das questões colocadas no parecer da 1ª Comissão. Diz que o parecer foi aprovado por unanimidade, mas o PCP não participou nessa reunião da Comissão porque, obviamente teria outra posição se lá estivesse. De qualquer modo, no parecer também se diz, no final, que os Grupos Municipais e Deputados Independentes reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto, e é isso que nós assumimos.-----

----- Como nota prévia, dizemos que foi feita uma Reorganização dos Serviços da Câmara Municipal, em 2010-2011, reorganização que viria a adotar o modelo hoje em vigor com a introdução das Unidade Territoriais. Há data, o PCP opôs-se a esta reorganização. -----

----- A principal oposição do PCP deveu-se ao facto de a mesma não ser necessária para cumprir o novo Regime Jurídico, uma vez que a orgânica podia ser mantida e assim, cumprir o legalmente exigido. -----

----- Considerou o PCP que a reorganização servia para preparar a orgânica da Câmara Municipal com vista à Reforma Administrativa, o que se veio a confirmar. Assim, feita a Reforma Administrativa da Cidade, cumpre agora, adequar a orgânica dos serviços à nova realidade, ou seja, ao esvaziamento de competências da Câmara Municipal e preparar a criação de serviços municipalizados. -----

----- A proposta poderia ter sido acompanhada de um mapa com a distribuição dos recursos humanos pelas orgânicas, o que não aconteceu.-----

----- Houve também um fraco envolvimento dos trabalhadores na sua preparação, o que já aqui foi salientado pelo STML.-----

----- É criada uma nova Direção Municipal de Gestão de Património, e extinto o Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial da Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, que se passa a chamar Direção Municipal de Urbanismo.-----

----- A questão do património municipal é de relevante importância uma vez que, até hoje, não se fez o real inventário do mesmo, será entendível a criação de uma estrutura para tratar especificamente, esta matéria. O problema é que, da análise das competências desta nova Direção Municipal, verifica-se que a mesma tem como objetivo a preparação de negócios com vista à alienação de património municipal, como aliás tem vindo a acontecer sucessivamente, durante esta administração PS.-----

----- Convém também, salientar que esta Direção Municipal é apenas composta por divisões, não existindo qualquer departamento, o que demonstra que poderia não ser uma “DM” a assegurar essas competências, mas sim um departamento autonomizado de qualquer “DM”, como aliás existe vários na orgânica aqui proposta.-----

----- De referir que a existência do “DM” sem departamentos é tão estranha como a existência de Departamentos sem divisões, o que ocorre com frequência na orgânica proposta.-----

----- A Direção Municipal de Proteção Civil passa a denominar-se de Serviço Municipal de Proteção Civil, mas equiparado a departamento, ou seja, a gestão patrimonial passa de departamento a “DM”, e a proteção civil passa de “DM” a departamento, o que espelha bem a orientação política economicista desta maioria.-----

----- A Direção Municipal de Projetos e Obras perde o Departamento de Instalação Elétricas e Mecânicas que passa a ser uma divisão do Departamento de Operações da Unidade de Coordenação Territorial. Esta mudança de departamento para divisão é fortemente condenada pelos trabalhadores e demonstra mais uma vez, o desinteresse da maioria dos setores operacionais que prestam serviço aos munícipes ou aos próprios setores operacionais.-----

----- Ainda na Direção Municipal de Projetos e Obras mantém-se Divisão de Saneamento tal como está, depois desta já ter sido departamento, como está provado, é insuficiente tendo como consequência as inundações que temos presenciado. Existem mil e quatrocentas condutas na cidade, a maioria em muito mau estado, e a divisão apenas conta com sessenta funcionários, claramente insuficientes para as necessidades.-----

----- Situação que veio a agravar-se com a equipa de missão do Plano Geral de Drenagem que veio também solicitar serviço a esta divisão. Em boa verdade, esta maioria nunca investiu no saneamento por ter tido como objetivo a sua venda à EPAL.-----

----- A Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social passa a denominar-se Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local, perdendo o Departamento de Desenvolvimento Social que dá lugar ao Departamento pelos

Direitos Sociais autónomo da “DM”, o que se compreende apenas em função da delegação de competências nos Vereadores Independentes. -----

----- A Direção Municipal de Ambiente Urbano é dividida em duas: Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia, e a Direção Municipal de Higiene Urbana o que traduz a preparação para a criação de serviços municipalizados e a clara intenção de inserir neles a gestão e manutenção da frota. -----

----- A Direção Municipal de Mobilidade e Transportes perde um departamento que passa a divisão. -----

----- Na Cultura deixa de existir o Departamento de Ação Cultural o que demonstra, também, a pouca importância dada à cultura e a sucessiva transferência de competências para a EGEAC. Salienta-se que permanece a intenção de transferir os museus para a EGEAC, e os refeitórios e as creches para os Serviços Sociais, expressamente consagrada no artigo 69º, no anexo A. -----

----- De salientar que todas as competências em matéria de urbanismo foram atribuídas às UIT, na Reforma de 2010-2011, foram novamente, centralizadas na Direção Municipal do Urbanismo o que vem dar razão à posição do PCP que sempre defendeu que poderia vir a existir um conflito de competências entre as UIT e as Direções Municipais que agora, é resolvido com a reposição das competências na DMU. -----

----- Em conclusão, a presente proposta de Reorganização dos Serviços não passa de uma consequência da Reforma Administrativa, refletindo o esvaziamento dos serviços da Câmara Municipal, perda de experiência dos trabalhadores e dirigentes afetados. ----

----- A Reforma 2010-2011, serviu para preparar a Reforma Administrativa, e a presente vem consagrá-la. -----

----- Mantêm-se a intenção de retirar mais competências à Câmara Municipal nas áreas da cultura e ação social. Define quais as áreas a integrar nos serviços municipalizados. -----

----- Salienta-se que esta organização dos serviços traduz uma opção clara pela gestão economicista e orientada para a visão da Câmara Municipal como entidade planeadora e incentivador de negócios da iniciativa de privados em património municipal, em detrimento das áreas socioculturais e operacionais que satisfazem diretamente a necessidade das populações e o serviço público. -----

----- O resultado da Reforma Administrativa de Lisboa, conjugado com a criação de serviços municipalizados traduz-se no esvaziamento da Câmara Municipal, retirando-lhe quase toda a capacidade operacional e satisfação das necessidades públicas essenciais que depois de saírem da esfera direta da Câmara, ficam mais próximas de serem privatizadas. -----

----- Salienta-se, também, que todas estas alterações não respeitam os direitos dos trabalhadores que num espaço de três, quatro anos, viram a sua vida profissional indefinida, e em constante sobressalto, estando ainda sob ameaça de requalificação uma vez que não transitaram todos os trabalhadores previstos para as freguesias. -----

----- Por todas estas respostas e outras, que o tempo de seis minutos não nos deixa abordar, votaremos contra esta proposta. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A proposta em discussão pretende aprovar um novo modelo de Reorganização dos Serviços Municipais em resultado da Reforma Administrativa implementada em 2012, e da transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia há mais de um ano.-----

----- A implementação de novos modelos na orgânica de uma estrutura acarreta enormes impactos com reflexo na produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente na própria organização.-----

----- Nesse sentido, todos os processos implementados numa entidade, devem obedecer a uma estratégia concertada, envolvendo todos os elementos que a constituem.-----

----- Assim, ao analisar o documento em causa, o Partido da Terra pretende destacar alguns aspetos considerados fulcrais para o não acompanhamento desta reestruturação e dos princípios que lhe estão subjacentes.-----

----- 1- Diz respeito à falta de conhecimento de dotação global dos recursos humanos a serem transferidos para cada uma das unidades orgânicas. Teria sido importante que o organograma estivesse acompanhado por um mapa com essa informação;-----

----- 2- Assenta no reforço da capacidade operacional, onde a Unidade de Coordenação Territorial fica liberta da área de licenciamento e de fiscalização urbanística, permanecendo apenas, com competências operacionais e de projeto ao qual acresce o facto de se criar cinco brigadas e dois departamentos que no nosso entender, a criação destas sete estruturas parecem-nos medidas viáveis visto que há uma maior concentração de capacidades operacionais. Contudo, estas devem ser bem planeadas de forma a não haver sobreposição de competências entre as Juntas de freguesia e a UCT.-----

----- Em relação ao reforço do município em matéria de higiene urbana e respetiva preparação para a criação dos serviços municipalizados, o Partido da Terra não entende por que motivo este processo não é efetivado durante esta reorganização visto que já advém de 2014.-----

----- É certo que o facto de existir uma Direção Municipal focada na higiene urbana vai permitir melhorar a qualidade de um serviço que sendo da inteira responsabilidade da Câmara Municipal, tem sido o seu *handicap* do qual tem resultado algumas greves por parte dos trabalhadores.-----

----- Com a Reforma Administrativa foram transferidas importantes competências no âmbito dos setores do desporto e da cultura. A manutenção e gestão dos pavilhões desportivos, piscina e rede de bibliotecas, passaram a ser da inteira responsabilidade das Juntas de Freguesia. Apesar de não conseguirmos quantificar o peso que cada uma destas estruturas tem, não compreendemos a manutenção de duas divisões do Departamento de Atividade Física e do Desporto da respetiva Direção Municipal, bem como na Divisão Municipal de Rede de Bibliotecas da Direção Municipal de Cultura. -

----- O Partido da Terra na suas diversas intervenções, seja sob a forma de recomendação e/ou declaração política, tem vindo a alertar para a salvaguarda do património, pelo que a criação da Direção Municipal do Património será uma importante ferramenta para que, finalmente, seja feito o inventário do real património que a Câmara Municipal detém e, sobretudo, salvaguardar o mesmo. Esperamos que a criação desta Direção não seja mais uma falácia deste executivo para facilitar os negócios de alienação de património em hasta pública tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos.-----

----- Embora em reunião de Câmara o Vice-presidente refira que a intervenção operacional é da responsabilidade da Direção Municipal das Obras, e que não está a multiplicar a Direção Municipal de Obras por vários departamentos, o que verificámos é que a gestão integrada do espaço público fica sob alçada do novo Departamento de Espaço Público, curiosamente, a UCT tem no seu departamento estruturas de proximidade e de espaço público uma divisão de espaço público e de publicidade, o que nos leva a refletir que duas áreas tão distintas, até pelas suas próprias características e atribuições, se multiplicam e se sobrepõem o que se poderá considerar um atropelo do trabalho desempenhando por cada uma destas estruturas.----

----- Também a Direção Municipal de Proteção Civil e Socorro parece que foi despromovida a um simples serviço municipal equiparado a departamento, completamente distinto do Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa. O Partido da Terra considera que esta medida corresponde a dez anos de regressão, e ao contrário do que defende o Senhor Vereador Carlos Castro, não só não valoriza esta estrutura, como também irá dificultar a sua capacidade operacional, independentemente, da clarificação das competências de cada um.-----

----- Por fim, não poderíamos terminar sem deixar de referir o desinvestimento que continua a existir ao nível do saneamento, onde na mesma lógica da proteção civil, um departamento passou a divisão. O executivo optou, em detrimento desta estrutura, criar e investir em departamentos mais vistosos, a título de exemplo, o Departamento da Estrutura Verde. A autarquia convicta que o negócio de alienação do saneamento à EPAL se concretizava, desinvestiu nos recursos humanos, reduzindo os funcionários para mais de metade que são claramente escassos para responder às necessidades e emergências de uma cidade com mil e quatrocentas quilómetros de condutas e coletores envelhecidos.-----

----- Pese embora o Senhor Vice-presidente afirme que para além desta divisão está constituída uma unidade de missão para a concretização do Plano Geral de Drenagem, em que o saneamento da cidade está como unidade de missão específica, o Partido da Terra julga que esta equipa de missão será mais um agente de sobrecarga de uma divisão que já não tem margem de manobras para dar respostas. -----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra não poderá acompanhar favoravelmente, esta proposta de reorganização de serviços. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa originou não só, novas formas de governar a cidade, formas mais diretas, eficazes e eficientes e até mais económicas, como também dimensionou o campo de maior visão sobre o futuro atendendo às novas responsabilidades, competências e pretensões legítimas das partes envolvidas neste processo.-----

----- Uma governação de proximidade, onde as juntas de Freguesia desempenham um papel determinante ao nível da gestão de recursos, ordenamento do território e investimentos e também, na solução imediata de problemas de natureza corrente e diária, acresce a necessidade do próprio município possuir nova organização estrutural, não só de planeamento e resposta operacional, como de suporte a todas as freguesias que permita servir a cidade de acordo com os fins e objetivos subjacentes à própria reforma da Cidade de Lisboa. -----

----- No âmbito da proposta em análise, constata-se pressupostos inequívocos das necessidades desta nova reorganização bem como as mais-valias operacionais no desenvolvimento das atividades conjuntas entre as Juntas de Freguesia e a Câmara, numa simbiose que se pretende funcional e eficaz. -----

----- São reconhecidas as vantagens para a prestação de um serviço público eficaz e reforçado. -----

----- O reforço da capacidade operacional da Unidade de Coordenação Territorial e tudo o que lhe está subjacente, é bom para a cidade e para os lisboetas. -----

----- O reforço operacional da capacidade do município em matéria de higiene urbana, através da preparação da sua organização interna para a criação de serviços municipalizados, e tudo o que lhe está subjacente, é bom para a cidade e para os lisboetas. -----

----- A otimização e centralização da gestão do património municipal, através da criação de uma Direção Municipal, e tudo o que lhe está subjacente, é bom para a cidade e para os lisboetas. -----

----- A aposta na gestão integrada do espaço público, criando um departamento de espaço público com funções centradas de planeamento, gestão e regulação, e tudo o que lhe está subjacente, é bom para a cidade e para os lisboetas.-----

----- Existem uma série de medidas determinantes que vão ter uma influência direta na vida da cidade e na vida de governar a cidade. -----

----- A centralização do licenciamento e fiscalização urbanística, o foco e o reforço das competências dos sistemas de informação, a extinção do Departamento das Instalações Elétricas e Mecânicas, a autonomização do Departamento Para os Direitos Sociais, a extinção do Departamento de Ação Cultural e o Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público. -----

----- O PS lamenta que alguns partidos da oposição não consigam reconhecer que a reforma da Cidade de Lisboa foi, de facto, um êxito. Um êxito no primeiro ano, e revelar-se-á uma marca a replicar em todo o país. Talvez não o façam por não terem tido o privilégio de ter uma parte ativa neste processo. No entanto, ainda vão muito a tempo. -----

----- A cidade e a sua forma de governar encontra-se em mutação, uma mutação muito positiva, contrariando alguns profetas da desgraça que persistem em apontar defeitos e meras opiniões contrárias aos estudos feitos e apresentados em plenário, sem que uma única proposta alternativa se faça conhecer. Não basta fazer acusações infundadas e facilmente desmaterializadas, dar ideias, por pequenas que sejam, apresentar propostas, por mais pequenas que sejam, por uma vez que seja, é também uma forma de fazer oposição e os lisboetas agradecem. -----

----- O PS congratula-se que após um ano de implementação da Reforma Administrativa, e da avaliação de mérito generalizada que se faz da excelente assunção das competências e responsabilidades por parte das Juntas de Freguesia, acrescida da constatação que mais competências deveriam, ainda, transitar para a esfera legal de competências das mesmas Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal de Lisboa apresenta proposta de reorganização dos serviços. O caminho é longo, as missões são comuns a todos; freguesias, município e, também, cidadãos. Mas reconhecemos que enraizando modelos de descentralização de competências que melhor servirá a causa pública de uma forma generalizada e a cidade, em específico. --

----- Esta é uma proposta que permite criar condições consistentes e organizadas para o futuro de novas competências e novas descentralizações a atribuir às freguesias, e eu enquanto Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais saúdo a Câmara Municipal de Lisboa pela sua visão progressista e descentralizadora de ver, viver e governar a cidade. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Não temos mais Senhores Deputados inscritos. -----

----- Vou dar a palavra à Câmara. Dizem-me que será o Senhor Presidente da Câmara que irá responder.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “A proposta que trazemos é verdadeiramente uma adaptação da estrutura orgânica da Câmara e não é uma reorganização profunda da estrutura da Câmara, e é uma adaptação que se funde em dois motivos, o primeiro é de facto a necessidade de adaptar a estrutura orgânica ao que é a profunda alteração de competências que a Reforma Administrativa veio trazer, a passagem por via de Lei de um conjunto muito significativo de competências em áreas que vão da manutenção do espaço público ao licenciamento de atividades económicas da Câmara para as Juntas de Freguesia; à gestão de equipamentos, introduziu uma alteração significativa no perímetro das competências da Câmara e torna-se necessário adaptar a orgânica da Câmara. -----

----- Mas há uma segunda razão que estrutura esta reorganização, este ajustamento que fazemos na proposta, na estrutura de organização da Câmara e é a evidência e a necessidade que sentimos de reforçar a forma como nós cuidamos da cidade de Lisboa. -----

----- É de há muito identificado, está muito identificado, duas necessidades fundamentais, a primeira prende-se com a necessidade de melhoria dos serviços de Higiene Urbana, creio que é algo que é reconhecido, consensual, identificado por

muitos na cidade, aqui também na Assembleia e a reorganização responde a este objetivo, em primeiro lugar porque cria uma estrutura autónoma focada, concentrada, dirigida que tem uma missão muito simples que é cuidar da higiene urbana da cidade e sendo este um serviço fundamental que a Câmara presta aos cidadãos não deve estar misturado organicamente com outros numa Direção Municipal de grande dimensão, com muitas missões diferentes, com muitas atribuições diferentes, deve estar concentrada numa Direção Municipal que está focada e concentrada neste objetivo. ----

----- Esta não é a única medida que nós tomamos neste sentido, este é uma das medidas, segue-se, já tivemos anteriormente o reforço dos meios financeiros consignados a esta área da higiene urbana, tivemos também já decisões que passaram aqui da assembleia Municipal de reforço efetivo através de quadros permanentes de reforço na área da higiene urbana e novas medidas se seguirão do ponto de vista operacional e do ponto de vista organizativo para reforçar os nossos serviços de higiene urbana. -----

----- Creio que interpretamos bem o sentimento de todos em considerar que isto é uma prioridade.-----

----- O segundo objetivo na segunda dimensão do cuidar bem da cidade prende-se com a manutenção do espaço público, é algo que também todos nós conhecemos, que falamos, que surge como uma evidência aos olhos de muitos e há várias razões que justificam a perceção e a realidade e em muitas circunstâncias de um menor investimento, um menor cuidado no espaço público, uma delas prende-se naturalmente com os níveis de investimento, mas há uma segunda razão que justifica as dificuldades relativamente à manutenção do espaço público e a razão prende-se com a não territorialização da organização dos serviços da Câmara em muitas das áreas da intervenção. -----

----- Atualmente e apesar dos esforços que na reorganização anterior foram feitos ainda subsistiam dimensões de manutenção do espaço público que eram geridas do ponto de vista setorial e não do ponto de vista territorial. O que é que isto significa? Significa que as intervenções por vezes não são coordenadas no terreno no mesmo espaço e no mesmo tempo. O objetivo desta reorganização é resolver precisamente este problema concentrando todas as competências da Câmara Municipal, que tem intervenção no território de manutenção do território numa mesma unidade, sob uma mesma tutela, sob uma mesma direção e sob uma mesma tutela. -----

----- Significa isto que teremos em cada espaço territorial na prática dois responsáveis políticos que terão que dar resposta àquilo que se passa e às necessidades de cada território, por um lado o Presidente da Junta porque a Junta tem hoje umas competências importantes do ponto de vista do espaço público, por outro lado todas as competências da Câmara estarão na mesma responsabilidade do mesmo serviço da Unidade da Coordenação Territorial que responderão a um Vereador, e por isso nós teremos para um mesmo espaço unicamente duas entidades, dois responsáveis que dialogam, que têm que dialogar no terreno com as UIT e as Equipas Operacionais das Juntas de Freguesia, a nível político os Presidentes das Juntas de Freguesia com o

Vereador com o Pelouro, de forma a podermos com eficácia detetar e intervir sobre as múltiplas situações. -----

----- É por esta razão que se justificam alguns dos movimentos do ponto de vista de Divisões e Departamentos porque tivemos este objetivo e dou um exemplo, por exemplo, da iluminação pública. A iluminação pública tem uma parte de programação e de estruturação da rede da cidade, sim é verdade que tem, mas tem também uma parte muito importante da sua manutenção da rede e sobre um fenómeno que é muito penalizante para os munícipes, que é toda a questão das lâmpadas e do sistema de iluminação da cidade. -----

----- Ora o que nós entendemos é que essa abordagem deve estar acima de tudo o foco do ponto de vista do território de cada zona da cidade, de cada intervenção da cidade, porque é aí que nós julgamos que podemos com mais eficácia resolver os problemas e é este no fundo o objetivo central que temos com este ajuste à reorganização, cuidar melhor da cidade. -----

----- Falei-vos da higiene urbana, falo-vos da manutenção e este ajuste na reorganização é um passo do processo, porque da mesma forma que na higiene urbana já tratámos e já estão abertos os concursos para o reforço da nossa capacidade interna, já anunciei aqui há algumas semanas atrás que iremos proceder à contratação de 100 novos operacionais para servirem precisamente as Brigadas de Manutenção que irão estar na dependência da Unidade de Coordenação Territorial. -----

----- É por isso direi eu surpreendente ouvir a crítica de alguns partidos e de alguns dos Senhores Deputados Municipais quando falam em que a Câmara caminha para a precarização das relações laborais, a Câmara caminha para a externalização dos serviços, a Câmara caminha para a privatização dos serviços, bem, isto parece um discurso, quer dizer, que é um discurso intemporal feito para qualquer Câmara, para qualquer Executivo, desde que seja do PS naturalmente, se for da direita se calhar a simpatia é maior, mas é algo que não prende com a realidade dos factos. É que a realidade dos factos desta reorganização e das medidas que nós tomamos é precisamente a inversa, é de valorizar o serviço público, porque há áreas onde não vale a pena inventar divergências onde a divergência não existe, quer dizer, nós já temos suficientes áreas de divergência para nos podermos concentrar aí, em áreas em que a divergência não é tão grande não vale a pena inventá-la! -----

----- O que nós fizemos nestas áreas que são nucleares do serviço da Câmara é precisamente valorizar o serviço público. Como? Autonomizando as estruturas, dando-lhes as competências, focando a estrutura dirigente na sua missão, dotando dos recursos financeiros e dotando também dos recursos humanos, dotando com os recursos humanos próprios, próprios! E depois diz a Senhora Deputada Municipal. “Não, mas depois vêm aí os serviços municipalizados. Perigo porque isto é a porta aberta à privatização!”. Oh Senhora Deputada Municipal, se calhar era bom falar com os seus camaradas de Câmaras aqui bem ao lado onde os serviços municipalizados têm décadas, onde aliás têm décadas criados e geridos por Câmaras do PCP e nenhum mal ao mundo ocorreu! O que ocorreu foi simplesmente é que os serviços municipalizados permitem além de ter uma estrutura focada do ponto de vista de

orgânica, permitem algo que só os serviços municipalizados permitem, que é a consignação de receitas àquelas áreas de atividade. -----

----- Bom, se são serviços nucleares da Câmara Municipal, se nós não queremos deixar de os prestar, se o nosso objetivo é mesmo prestá-los, bem, se calhar faz sentido é que nós tenhamos a estrutura mais robusta para evitar que haja recursos afetos a esses serviços possam num momento de dificuldade haver uma escolha de outra prioridade política em detrimento dessas, a consignação da receita e os serviços municipalizados o que permitem é precisamente isso, é reduzir o grau da discricionariedade política porque fazem com que as receitas daqueles serviços não possam ser afetadas a outros, é isso que faz e aumenta a flexibilidade da gestão porque há uma maior autonomia administrativa e financeira da gestão.-----

----- Mas esta proposta não cria os serviços municipalizados, nós teremos muito tempo para debater e para divergir e para os Senhores acenarem com os papões da privatização e da externalização, vamos ter tempo para isso. Esta proposta não faz isto, esta proposta o que faz é que autonomiza do ponto de vista orgânico, foca os dirigentes e foca a missão do Departamento da Higiene Urbana e a seu tempo nós veremos com os estudos, com o diálogo, com o próprio, está em curso um estudo com o ponto de vista económico e financeiro, esse debate sobre os serviços municipalizados virá, mas nada no espírito, no nosso espírito, nos convoca para aquilo que a Senhora Deputada Municipal refere. -----

----- Por último, relativamente à Direção do Património, eu que já estou habituado, mas reajo exatamente da mesma forma sempre que os Senhores Deputados, e o Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda voltou com o mesmo discurso sobre esta natureza. O Departamento de Valorização do Património prende-se precisamente com a necessidade de valorizarmos e responsabilizarmos mais esta área de atuação da Câmara, porque esta área é uma área de vital importância, os Senhores Deputados Municipais acham que se defende o interesse público mantendo todo o património da Câmara como está ou mantendo todo o património dentro da esfera da Câmara? Eu tenho opinião diferente dessa, o património, defende-se o interesse público se nós tivermos uma gestão ativa do património da Câmara e gestão ativa do património da Câmara significa alienarmos aquilo que deve ser alienado para o desenvolvimento da cidade, significa arrendarmos aquilo que deve ser arrendado e que ajuda o desenvolvimento da cidade como significa adquirirmos aquilo que é útil para o desenvolvimento das atividades da Câmara, a gestão ativa de património significa tudo isto, ora é verdade que nós só podemos pensar nesta gestão ativa nestas três dimensões quando temos as contas em ordem, porque quando não temos as contas em ordem, não temos margem para pensar na aquisição do património, mas nós este ano vamos fazer aquisições de património e o Senhor Deputado Municipal aliás vai-se poder pronunciar aqui sobre as aquisições de património que vamos fazer, agora fazemos uma gestão ativa desse património. -----

----- Não faz sentido que áreas e terrenos que a Câmara Municipal dispõe, que não são críticos ao desempenho da sua atividade própria, mas que são importantes para o

desenvolvimento urbano da cidade, bem, que não sejam colocados para esse desenvolvimento urbano, qual é o sentido? -----

----- Bem, claro que podemos ter uma visão que é uma visão sectária que é achar “Não, não, tudo isso tem que ser desenvolvido através de dinheiro público para fazermos aqui umas casas públicas”, bem, isso é uma visão completamente, na prática significa condenar as coisas a ficarem exatamente como estão, como nem sequer há dinheiro para desenvolver a política que alguém poderia pensar tido isso conduz a mantermos o status quo e tudo se mantém como está! Isso é uma visão que não defende o interesse público e não defende a cidade de Lisboa, o que defende a cidade de Lisboa é uma gestão ativa do património e significa nuns casos alienar sim, sem qualquer dificuldade porque no fundo permite-nos que os bens sejam colocados e utilizados no mercado e significam que a Câmara tem uma receita que pode afetar aos fins da atividade do Município e são fins de interesse público e nós temos que cuidar também dessa frente, significa noutras frentes arrendar e gerar uma fonte de rendimento de bens e de imóveis que neste momento não são fonte de rendimento para ninguém e há de significar noutros momentos a compra, é tão simples quanto isso, isto deve ser feito com toda a naturalidade, naturalmente com toda a transparência, cada vez com níveis acrescidos de transparência, mas sem nenhum receio e sem nenhum conservadorismo em ficarmos todos atreitos sobre os imóveis e sobre as propriedades que detemos porque simplesmente mais vale não mexer porque, ou então ficarmos à espera que nos saísse aqui uma taluda de várias centenas de milhões para podermos de nosso moto próprio procedermos à requalificação de todo o imobilizado da Câmara. -----

----- E dou-lhe um exemplo, Senhor Deputado Municipal, eu acho que seria um absurdo, acho que foi em bom tempo e uma boa ideia que houve na Câmara Municipal de Lisboa quando se criou o Programa Reabilita Primeiro e Paga Depois, nós temos dezenas de prédios que neste momento estão na cidade a ser em reabilitados que vão ser ocupados porque a Câmara decidiu criar esta programa com estas condições financeiras alienando os prédios e que da outra forma estariam no património da Câmara à espera que um dia, porventura se calhar quando o Senhor Vereador fosse Vereador das Finanças e descobrisse a varinha mágica que nós todos tivéssemos centenas de milhões para requalifica os prédios, como isso não acontece, eu acho que este programa foi mesmo a melhor opção. -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Terminaram as intervenções, está no momento de passarmos à votação. -----

----- O que está à nossa apreciação é a Proposta nº 94/2015, mas eu recordo que é apenas o ponto 1, da Proposta nº 94/2015, que vou reler para vos lembrar: -----

----- 1) “Propor à Assembleia Municipal a aprovação da orgânica dos serviços municipais, nos precisos termos constantes do Anexo A”. Portanto, é a estrutura nuclear e as adaptações. Porque o Anexo B é a parte flexível que não é da nossa competência. Portanto, é apenas o que está no Anexo A, da Proposta nº 94/2015, ponto 1, Anexo A. -----

----- Vamos pôr à votação o **ponto 1, Anexo A, da Proposta N° 94/2015**. Votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT, abstenção do PAN, e votos a favor do PS, PNP e 6IND. O **ponto 1, Anexo A, da Proposta N° 94/2015** foi **aprovado por maioria**.-----

----- A intervenção que o Senhor Deputado Magalhães Pereira fez funciona como Declaração de Voto do Grupo Municipal do PSD. -----

----- Temos mais dois pontos simples da nossa Ordem de Trabalhos, pelo que vamos prosseguir.”-----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA N° 196/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO BEATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23° E DA ALINEA K), DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25° DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116° DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI N° 75/2013, DE 12 SETEMBRO; (GRELHA BASE - 34MINUTOS);**-----

----- (anexada à presente ata como anexo **X**, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **anexo XI**, e dela faz parte integrante). --

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, e na qualidade de Relator do parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Trata-se de um parecer conjunto, portanto, haverá apenas um único parecer que se concretiza, sobretudo, nas conclusões que vou passar a ler:-----

----- Analisada a proposta de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato, bem como os documentos anexos, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão de Descentralização e Obras Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa emite parecer favorável, devendo os relatórios de execução referidos no contrato ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.-----

----- Lembro, Senhora Presidente, que estava implícito já nas outras propostas que são similares de Delegações de Competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Lembrar aos Senhores Deputados que há aqui uma gralha nas conclusões do relatório porque refere duas vezes a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, quando é a Comissão de Finanças e Património e a Comissão de Descentralização e Obras Municipais, portanto, pedia aos serviços para tomarem a devida nota, para se corrigir a página 3, do relatório conjunto da 1ª e 5ª Comissões, de forma a identificar corretamente as comissões em causa.-----

----- Sendo assim, há uma recomendação nestas conclusões no sentido dos relatórios de execução serem remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, e será a **Recomendação nº 6/66**, que será posta à votação depois da proposta se a mesma for aprovada. -----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir? -----

----- Não há Senhores Deputados inscritos, vamos pôr à votação a **Proposta nº 196/2015**. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, PAN e 6IND. A **Proposta nº 196/2015** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- E agora sim, a **Recomendação nº 6/66**, vamos pôr à votação. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, MPT, PAN e 6IND. A **Recomendação nº 6/66** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Passamos agora ao último ponto da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 122/2015 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM NOVA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA “REMODELACÃO E RECUPERAÇÃO DO MERCADO DE ARROIOS” – FINANCIADO PELO PIPARU, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE - 34MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo XII, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Câmara dispensa a apresentação desta proposta. Não baixou a comissões porque é apenas a questão do acerto do compromisso plurianual. -----

----- Não vejo Senhores Deputados inscritos, vamos então à votação desta proposta. ---

----- Não há votos contra, votos de abstenção do PSD, CDS-PP e MPT, e votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, PAN e 6IND. A **Proposta Nº 122/2015** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Terminámos os nossos trabalhos. Lembro os Senhores Deputados que a próxima sessão terá início às 14h30m. Portanto, para a semana venham meia hora mais cedo para conseguirmos dar conta dos nossos trabalhos. -----

----- Muito obrigada e boa tarde.” -----

----- A sessão terminou eram dezoito horas e cinquenta minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----